COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

08.03.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

08.03.2017

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu pediria que todos procurassem seus assentos para dar início à reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo. Muito bem, senhores, vamos dar início a nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da 3ª Sessão Legislativa e 18ª Legislatura.

Queria registrar a presença aqui dos Srs. Deputados. O Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Fernando Capez. O deputado Carlos Cezar, líder do PSB na Assembleia Legislativa, nosso candidato a presidente. O delegado Dr. Olim, líder do PP da Assembleia. Sebastião Santos, grande amigo da Comissão de Meio Ambiente. Celso Nascimento, Comissão de Meio Ambiente. Gileno Gomes, Guarulhos, nosso deputado querido. Chico Sardelli, líder do bloco na Assembleia Legislativa. Ricardo Madalena. Deputado Luiz Turco do PT, que faz parte também da Comissão de Meio Ambiente. Cássio Navarro, nosso jovem amigo deputado. E o grande líder, Wellington Moura, que colaborou com esta reunião.

É uma audiência pública da Assembleia, primeiramente eu queria agradecer ao senhor prefeito Márcio, que nos cedeu o local para estar audiência. Eu gostaria que os deputados ficassem aqui, têm as cadeiras aqui atrás, se quisessem, por favor, tomar assento. Eu queria, primeiramente, passar a palavra ao presidente da Assembleia Legislativa para o seu cumprimento às pessoas aqui presente. Em seguida, darei início então à reunião da Comissão de Meio Ambiente. Com a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Muito bom dia a todos os munícipes aqui de Ilhabela, as autoridades presentes que comparecem. Este é um evento oficial da Assembleia Legislativa. No projeto “Assembleia Itinerante”, a Assembleia se desloca a várias cidades do estado realizando as suas sessões normais em pontos distantes do

Palácio 9 de Julho. Com objetivo de criar uma proximidade maior com os problemas que afligem diretamente a população especificamente em cada ponto.

Quero cumprimentar o presidente da Comissão do Meio Ambiente, deputado Roberto Tripoli. E parabenizar os deputados que se deslocaram até aqui para dar cumprimento a este trabalho: deputado Luiz Turco aqui presente, deputado Carlos Cezar, deputado Cássio Navarro, deputado Delegado Olim, deputado Celso Braz do Nascimento, deputado Gileno Gomes, deputado Sebastião Santos, deputado Wellington Moura. Quem chegou? O deputado Chico Sardelli e Ricardo Madalena estão chegando, estão quase aqui e o deputado André do Prado também. Aqui nosso secretário de estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que cumprindo determinação do governador Geraldo Alckmin, pretende regularizar todos os aterros sanitários do estado até o final do ano, tem feito um trabalho excepcional. Eu quero aqui, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelos 94 deputados, parabenizar o trabalho que V. Exa. vem fazendo, dinâmico, objetivo, pragmático, eficiente e eficaz. Também o presidente da Sabesp Jerson Kelman. E agradecer ao nosso prefeito Márcio que está comparecendo aqui, dando provas do seu espírito democrático e cedendo este espaço para o nosso trabalho.

Uma única informação. Nós já fizemos uma audiência itinerante em Cubatão, o Hospital Regional de Cubatão estava com problema, fizemos uma atuação, juntamente com o órgão que é núcleo de avaliação estratégica, e obtivemos um apoio do estado, está sendo feita uma intervenção, com aporte de recursos após um trabalho realizado pela Assembleia através do seu núcleo de avaliação estratégica. Deputado Tripoli, o NAE que é Núcleo de Avaliação Estratégica tem 20 agentes, é coordenado por um perito da polícia científica, ele está à disposição da Comissão do Meio Ambiente para fazer todos os levantamentos em Ilhabela e região que se fizerem necessários. Cumprimento também o vereador Aurélio Miguel, aqui presente.

E como se trata de uma audiência da comissão, na audiência a gente ouve, e não fala. Então eu vou devolver a palavra ao presidente da comissão para que possamos ouvir a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria só lembrar o porquê desta reunião. Em poucas palavras, porque nós temos pouco tempo e é uma reunião de trabalho. Chegando aqui também o nosso querido Paulo, o nosso deputado, vindo de Santos, Paulo Correa.

Sr. Presidente, o senhor repara que há número legal para abrir uma sessão da própria Assembleia. Acho que nunca teve tanto deputado na cidade de Ilhabela - desculpa, prefeito - mas que vem a trabalho e não para se divertir.

A situação é a seguinte, eu passei a minha infância aqui no litoral norte de São Paulo, aprendi a mergulhar por aqui, e estivesse aqui... A um mês atrás, nós estivemos aqui na Ilhabela. E eu tenho um grande amigo que tem casa, que gosta da Ilhabela que é o nosso querido amigo, medalha de ouro, Aurélio Miguel que está aqui entre nós também, junto com o Luiz Shehtman que nós estávamos discutindo o problema da poluição da Ilhabela. E essas matérias que saíram nos jornais também deixaram a gente muito triste, para quem gosta da Ilhabela. Ilhabela 36, 37 mil habitantes, e de 17 praias, só cinco bandeiras verde, o resto bandeira vermelha. Com certeza continuar nesse ritmo que está o turismo vai fugir da Ilhabela. O Parque Estadual está tendo prejuízo com esta poluição de coliformes fecais sendo jogados nos córregos e isso indo para o mar.

Nós temos, para você ter uma ideia, esse é um problema do Brasil inteiro, não é problema da Ilhabela. São Paulo é tratado - me parece - 51% do esgoto. Guarulhos é tratado só 2,5%, uma cidade vizinha de São Paulo. A cidade de Limeira é tratada 97%. E depois desta conversa aqui, eu comecei a conversar com o pessoal de Sabesp, Cetesb, Ricardo Salles, as pessoas que conhecem e comecei a ver meio contradição nas informações. Porque me parece que a cidade de Ilhabela - aí nós vamos ficar sabendo pelo prefeito e seus secretários - não tem contrato com a Sabesp, ela tem contrato com uma outra empresa, que nós vamos esclarecer isso hoje. A outra empresa, me parece que não deu sequência no trabalho, a Sabesp pegou, só que a Sabesp não tem contrato com a prefeitura. Não tendo contrato com a prefeitura, ela não pode ampliar a sua rede de captação e tratamento da água servida.

E aqui eu já adianto aos senhores que o presidente da Sabesp - comentando comigo no dia de ontem - fazendo um contrato com o senhor prefeito, em um ano nós podemos ter a Ilhabela como Miami, no nível da Flórida. Isso é uma ótima notícia. Então o que nós estamos fazendo? Nós estamos reunindo todos os atores importantes para esta questão.

Então nós temos aqui presente os deputados, naturalmente, o Poder Legislativo está em peso, vocês podem ver, a vontade que tem o presidente Capez em resolver este problema da Ilha. E resolvendo da Ilha isso daqui vai para o Brasil inteiro, que repercute no Brasil inteiro. Nós temos aqui o secretário de Meio Ambiente, muito atento a esta questão. Chegando agora aqui, Chico Sardelli, líder do bloco da Assembleia. Chico

Sardelli lidera 28 deputados na Assembleia, acompanhado do deputado André do Prado, que é líder do PR na Assembleia Legislativa. Quer dizer, a Assembleia, de fato, se deslocou para Ilhabela. Muito bem-vindo, Chico Sardelli, líder do bloco, e André do Prado.

Então o que acontece, voltando ao tema, nós resolvemos chamar todos os atores. Todos os atores quem são? Secretário de Meio Ambiente, Sabesp, DAEE, Ministério Público, que está aqui presente entre nós, que eu gostaria que fizesse parte da Mesa, eu tinha colocado aqui, perdão. Dr. Tadeu Salgado, muito obrigado. Então nós temos aqui o Ministério Público, o Poder Executivo em peso e o Poder Legislativo em peso. Quer dizer, hoje nós temos que sair daqui com uma posição concreta, como resolver o problema do saneamento aqui na Ilhabela. Neste sentido, como nós temos aqui várias autoridades... Primeiro eu queria agradecer o governador Geraldo Alckmin que nos cedeu todas essas pessoas que têm muita responsabilidade no estado e no Brasil.

E dizer o seguinte, nós vamos primeiro começar com uma entidade aqui local que vai fazer uma apresentação de como é que está a situação do tratamento de água servida aqui na Ilha. Em seguida, nós vamos ouvir também, por pouco tempo, dez minutos, o representante do senhor prefeito, que irá também comentar como é que ele está vendo a questão do saneamento. Logo em seguida, como nós temos o governador que marcou uma reunião com o presidente da Sabesp, nós vamos abrir então para o presidente da Sabesp fazer sua explanação. Em seguida, o secretário de Meio Ambiente, os outros órgãos técnicos e depois nós vamos abrir para os deputados. Falha minha, o presidente da Sabesp irá usar da palavra, vai se retirar, mas a sua assessoria toda vai ficar presente. Então nós temos o diretor regional, temos o diretor geral, enfim, mesmo o secretário de Meio Ambiente, se precisar se retirar, ele vai deixar aqui conosco o comandante da Polícia Ambiental, coronel Sardine que está aqui presente, muito obrigado pela sua presença, sempre presente. Estivemos juntos em um fechamento de aterro em São Paulo junto com o Ricardo Salles.

Então, quer dizer, a Ilhabela está recebendo hoje as autoridades responsáveis para tratar deste assunto, conforme vocês vejam na faixa. Eu vou chamar para dar início ao trabalho, para não me alongar, primeiramente a responsável pela entidade, Sra. Gilda Nunes, coordenadora do grupo de trabalho e saneamento do Instituto Ilhabela Sustentável. Então bom dia, senhora. A senhora teria os dez minutos combinados. Naturalmente precisaria de 20, 30 para poder fazer a explanação. Ilhabela Sustentável é uma entidade não governamental que faz um levantamento não só do saneamento, mas

também da educação, da cultura, da saúde desta Ilha. Então ela tem informações, dados, que quem sabe nem o estado tenha. Então eu passo a palavra a senhora para durante dez minutos fazer sua explanação a todos nós.

Eu queria também dizer que estão aqui presente os vereadores. Tem a Salete, que é a protetora de animais, que nos acompanha a muito tempo, não estou vendo a Salete aqui, está ali no cantinho, tem o Luizinho, vários vereadores, secretários do município, enfim, muito bem-vindo a todos. Com a palavra, então.

A SRA. GILDA NUNES - Bom dia a todos. Eu vou ser rápida porque senão eu não vou conseguir passar a minha apresentação. Agradeço ao deputado Tripoli e a todas as autoridades aqui presentes por estarem trazendo este tema que é bastante importante para nós aqui de Ilhabela.

Meu nome é Gilda, eu sou do Instituto Ilhabela sustentável e eu coordeno o grupo de saneamento e meio ambiente do instituto. Bom, não sei se vocês conseguem ver, mas Ilhabela é composta de 11 ilhas, ela é um arquipélago, três ilhotes e três lajes sendo que 85% da Ilha é composta de mata atlântica e 80% aproximadamente é parque estadual.

Ilhabela tem uma população fixa - dados de 2015 - de 32 mil habitantes, mais ou menos. Mas ela tem uma população flutuante que chega a quase 50 mil habitantes. Então Ilhabela não é só a população da Ilha, ela é o lazer do estado de São Paulo e do Brasil, e inclusive turismo internacional. Então não podemos contar que temos que fazer saneamento para 30 mil habitantes, e sim para praticamente 100 mil habitantes que é o que acontece na nossa temporada.

Ilhabela tem uma situação superprivilegiada em função aos royalties do Pré-Sal. Pela nossa localização, recebemos um valor bastante significativo, em torno de 300 milhões/ano, que isso é mais do que a nossa receita própria. E isso significa que temos uma receita per capta de 13 mil reais, enquanto a média nacional aí é em torno de dois mil e a média do estado de São Paulo dois e 900. Então não temos desculpa para não tratar nosso esgoto.

Quando todo mundo pensa em Ilhabela pensa nisso, as maravilhas, praias paradisíacas, tudo maravilhoso. Mas nós temos problemas e não são poucos. Nós temos ocupação desordenada, temos ocupação em área de APP, temos lançamento clandestino de esgoto, temos falta de tratamento de esgoto e temos bandeira vermelha nas nossas praias. Bom, os números, os indicadores oficias se desencontram em relação as fontes oficiais. O Snis, que sistema nacional, ele divulga que Ilhabela, no site está lá, tem 34%

de coleta de esgoto e tem 80% de abastecimento de água. Sendo que a Sabesp, pelos números que ela nos dá em relação a nossa população, ela diz que é 52% de esgoto e 82% de água. Nós vemos que até em água somos muito ruins, porque comparando com o estado de São Paulo onde a média é bem acima de 90%, nós temos aí 80%. Ou seja, um a cada cinco habitantes não tem água potável da Sabesp, aliás, tem água através de captações, a maior parte das vezes irregulares, tiradas direto da cachoeira, então nós temos um problema de água também.

E temos um problema do esgoto, que pela Cetesb, que não considera tratamento efetivo o que nós temos aqui, que é apenas um gradeamento, retirada dos grosseiros e depois lançamento através de um emissário submarino, pela Cetesb nós temos - dados de 2016 - apenas 27,7% de coleta e 4% de tratamento efetivo. E por que acontece essa diferença tão grande? Na realidade a Sabesp considera ligações factíveis, ou seja, ela passou a tubulação, as pessoas não se conectaram a rede, seja porque não tiveram condições técnicas, porque temos muitas casas aqui abaixo do nível da rua que você tem dificuldade nesta conexão. Ou seja, porque não quiseram ou não foram ainda intimidadas, multadas a fazer essas conexões, existe esta diferença. E para a Sabesp, tudo o que ela está coletando ela está tratando e sabemos que a própria Cetesb não aceita isso como tratamento.

Problemas técnicos. Vocês estão enxergando, gente? Essa apresentação, eu tenho alguns CDs, se alguém quiser, e estará disponível no nosso site também. Esse prédio é novo, não é Márcio, não temos cortina ainda e acaba dificultando um pouco.

A avaliação do município Verde Azul, na questão de saneamento, que é o Ictem, que é o Indicador de Coleta e Tratamento de Esgoto dos Municípios, a última divulgada no site é de 2014, onde de todos os municípios de litoral, Ilhabela tem a pior nota. Caraguá tem a melhor, 6,91, e Ilhabela 1,73. Por que isso acontece? Além da pouca coleta que temos, praticamente um a cada quatro habitantes, nós temos coleta para um a cada quatro, nós temos um problema, porque um dos maiores itens que compõe esse indicador ele é o quê? A eficiência global da remoção da matéria orgânica. E o que acontece, como a eficiência é nula pela Cetesb, a nossa nota é ruim, porque estamos afastando esgoto, não estamos tratando. E lembrando que no próprio site da Cetesb fica claro que emissário submarino ele funciona para mar aberto, o que não é o nosso caso, nós estamos em um canal, e também para longa distância, o nosso emissário tem 800 metros. Próximo. Volta ali.

Aqueles dados são os dados que estão no site. Eu entrei em contato direto com o coordenador do município Verde Azul e ele me passou um e-mail com as informações mais atualizadas que são de 2015-2016. E se vocês olharem 2016, bem onde está a setinha ali, tem Ilhabela, nós temos 27,7% de coleta, tratamento 4%, a remoção do que temos de tratamento, 87% e a nossa nota abaixou para um. Então aquela nota que era 1,73, hoje é um, 2016 é um. Então nós tínhamos em 2014, 1,73 de nota, de zero a dez. Em 2015, passou para 1.1 e agora passou para um. Então está diminuindo a nossa nota, ou seja, estamos piorando, não estamos conseguindo resolver nosso problema e está cada vez pior. Volta mais um pouco.

Esses outros municípios, Guarujá, Santos e Praia Grande são os piores municípios em nota, 1,7, 1,3 e 1,7 também. Todos eles têm estação de pré-condicionamento que faz a remoção dos sólidos grosseiros e emissário submarino, todos. Vamos para a próxima.

Bom, aqui é a localização dos emissários no estado de São Paulo. E podemos ver que no nosso canal aqui temos três, tem o do Araçá, que acabei de ter uma ótima notícia que vai ser inaugurado ainda, possivelmente, em 2017, a estação de tratamento que opera também em situação com uma licença precária. Tem o do Itaquanduba que é o nosso aqui de Ilhabela e tem o das Cigarras que é um pequeno que tem em São Sebastião também. Aqui é a nossa região da Baixada Santista que pega todos os emissários aqui da região.

Cláudia Lamparele veio? Está aqui. Obrigada pela presença, Cláudia. E a Cláudia tem muitas publicações sobre emissários. E eu peguei algumas delas aqui para colocar, que uma delas ela cita que o emissário é fonte de poluição sim. E ela também dá um diagnóstico aqui da avaliação do nosso canal, onde ela coloca - não sei se vocês conseguem ler ali - “as águas do canal de São Sebastião apresentam alguns valores elevados para nitrogênio amoniacal, fósforo, óleos”. Bom, nós vemos que, realmente, temos um problema sério aqui. Ou mais que um, vários problemas sérios. Passa para a próxima.

Esse gráfico está no site da Cetesb, é uma avaliação dos últimos dez anos da balneabilidade das praias de todo o litoral. E aí é possível ver, não sei se vocês conseguem ver, esses dois de cima, Santos, Praia Grande, as piores situações de balneabilidade de praia estão nos municípios onde tem emissário submarino. Ilhabela não há de ser diferente, as piores praias são Itaquanduba e Itaguaçu, ambas adjacentes ao emissário. Nós temos que lembrar também que Ilhabela, apesar de ser esse paraíso que todo mundo acha, ela não tem nenhuma praia considerada ótima na avaliação da

própria Cetesb, sendo que tem algumas consideradas péssimas e ruins e essas são as próximas ao emissário de novo. Vai para a próxima, Carlos.

Aqui vocês podem ver, Ilhabela é esse último aqui. Nós somos a pior situação do litoral norte e estamos mais para litoral sul do que norte. As nossas praias estão mais para essa linha. Tem mais coisa. Deu um probleminha aí. Voltou. Aqui nós temos os três emissários, você vê que Ilhabela é o que tem o menor comprimento, 800 metros, foi o último a ser inaugurado também, 2010. O próprio site da Cetesb ele mostra aí que tem eficiência nula na remoção de matéria orgânica. E no site da Cetesb também está escrito assim, onde e como podem ser construídos. Aí está assim, de preferência em áreas abertas, onde existe circulação oceânica e favorecida e o mais distante da costa e mais profundo possível. E aí fala que deve passar por licenciamento ambiental e os possíveis impactos, acúmulo de matéria orgânica, excesso de nutrientes, sólido em suspensão, ali dá para ver os sólidos em suspensão que são as plumas. Tem algumas pessoas que remam aqui, que querem falar também mais para a frente, e essas pessoas veem praticamente todo o dia isso acontecer. São pessoas que saem ali de próximo do emissário. Então ali é a pluma do esgoto.

Bom, nós aqui no instituto fazemos uma pesquisa de percepção cidadã todo o ano, e todo o ano é apontado pela população como o pior problema do município. O ano agora de 2016 ficou com 39% das pessoas entrevistadas que colocaram como a falta de saneamento o maior problema de Ilhabela, seguido da balsa, que também é um problema do estado de 30%. Nós, felizmente, temos um governo, viu Márcio... O Márcio não está ouvindo, mas o Márcio se comprometeu a fazer estação de tratamento e se comprometeu com a nossa sociedade aqui, não é, Márcio? Felizmente nós temos um caminho que está indo para o lado que a população quer. O Márcio fez esse compromisso e ficamos muito felizes com isso. Talvez por isso ele tenha sido eleito, não é Márcio? Mas assim, além de estar em um programa de governo do Márcio, o ano passado, enquanto o Márcio não era prefeito ainda, a gente conseguiu, em uma audiência pública aprovar a destinação de 25 milhões para a construção da Saete pelo menos para começar, de verbas municipais, e mais uma parte aí, quatro milhões para as comunidades tradicionais. Porque se a Sabesp não atende nem nós que estamos aqui na região central, quem dirá as comunidades tradicionais? E o Márcio é uma pessoa que veio das comunidades e sabe como é sofrida a vida dessas pessoas lá.

Nós também já temos uma desapropriação de uma área em frente à EPC para fazer a estação tratamento. Desculpa gente, não tem, não tem mesmo. Então lembrando

que essas informações são oficiais de sites também da Cetesb, nós temos o nosso plano diretor que não permite o lançamento de efluentes sem tratamento secundário, então a Sabesp hoje desrespeita o nosso plano diretor. É lógico que o município é, digamos assim, o responsável pelo saneamento. Então o município junto com a Sabesp também está desrespeitando o próprio plano diretor do município. E a eficiência da EPC varia de 5% a 20% e o que queremos é tratamento secundário, nós não aceitamos nada menos do que isso. Eu acho que o nosso município tem condições e atende o estado inteiro. Nós falamos que é uma unidade conservação dentro de um município, porque temos boa parte da nossa área, 80% como unidade de conservação.

Isso daqui é o nosso plano de saneamento, nós temos plano de saneamento. O nosso plano de saneamento ele foi aprovado em 2013 e ele foi pago, inclusive, pelo estado e ele foi bem feito. Pode ter falhas, precisa ser melhorado? Sim. Mas se nós tivéssemos cumprido o nosso plano de saneamento, eu estaria feliz aqui, muito feliz. E eu acho que esses 39% da população também. E assim, nós temos aqui a implantação da ETI que o prazo era 2015-2018, nós estamos em 2017. Até agora eu desconheço se tem algum projeto, se a Cetesb está licenciando. Dinheiro nós temos para fazer, mas têm esses passos antes. Quer dizer, se nós não tivermos um projeto para a construção dessa ETI e o licenciamento da Cetesb que nós sabemos que é muito moroso, muito mesmo, nada vai acontecer até 2018 e vamos mais uma vez desrespeitar documentos que nós fizemos, que o município fez com a colaboração de vários técnicos, com a colaboração da sociedade civil, então está no nosso plano de saneamento. Nós precisamos, pelo nosso plano de saneamento, que não abrange, infelizmente, a cidade inteira, porque deixou de fora as comunidades tradicionais e elas são... Nós temos em torno de mil e 500 pessoas nas comunidades tradicionais. E esse valor para tratar a comunidade é muito mais caro, inclusive, do que tratar aqui, de todas as dificuldades que tem para fazer o saneamento lá nas comunidades. Nós temos um orçamento que era de 2013, de 101 milhões para resolver o nosso problema de esgoto, não o problema de água, de água tem mais 53 milhões de reais. Então o nosso déficit hoje, nós precisamos de 150 milhões de reais para resolver, isso com dados de 2013, que talvez na licitação saia mais barato porque sempre tem um deságio, mas os números de grandeza são esses, são esses números que estão no nosso plano de saneamento.

Carlos, vai para a próxima. Não foi. O prédio é novo, não é Márcio? Você pegou em uma situação precária, está tudo meio ruim aqui, precisamos melhorar. Nós

presenciamos bem a situação que o Márcio pegou essa prefeitura, uma situação bastante ruim. As instalações aqui agora estão se sustentando, mas até então não estava.

53 milhões para água. Vale lembrar, como eu falei, uma a cada cinco pessoas da Ilhabela não tem água da Sabesp em casa, isso é um problema de saúde pública, porque a nossa água é boa, vem de dentro do parque, sim, mas pode ter um animal que morreu lá. Essa água, ninguém sabe o que acontece com ela, quer dizer, ninguém faz coleta para saber se essa água é boa ou não para consumo. E estamos falando de mais de 53 milhões para resolver. Sendo que as duas capacitações oficiais da Sabesp estão abaixo de pontos turísticos. Então as pessoas vão lá, tomam banho, usam repelente e não tem segurança hídrica nenhuma, zero. E olha, eu comecei a frequentar Ilhabela faz 30 anos, eu tenho casa 30 há anos e eu vim aqui para mergulhar por causa das águas cristalinas de Ilhabela. E nessa época, lá no sul, por exemplo, a capacitação, tinha um guarda da Sabesp, ele não nos deixava subir. Estou falando há 30 anos atrás, eu tinha 18 anos, 19 anos, e nós não podíamos ir na cachoeira onde tinha capacitação. Hoje tem milhares de pessoas indo na cachoeira, tomando banho, usando repelente. Então é uma questão de segurança hídrica, precisamos resolver isso, precisamos levar essas capacitações para cima desses atrativos turísticos porque não vamos conseguir acabar com esses atrativos turísticos também. Pode passar para a próxima.

Depois, talvez, a Cláudia vai poder falar melhor, a questão do monitoramento do emissário. Ela veio aqui a alguns anos atrás, falou que precisaria no mínimo de cinco anos para ter uma avaliação. Existia uma série de itens condicionados na licença que deveriam estar ocorrendo. E assim, nós não temos acesso a informação. Infelizmente, nós já pedimos, inclusive, via Ministério Público, Dr. Tadeu já fez reunião, levou todos lá, a Sabesp, pelo menos as pessoas que vêm aqui nas reuniões, não conseguem dar essas informações para nós. O Carlos foi lá para o final, mas eu quero que você volte. Volta só um pouquinho. Gente, eu preciso passar isso aqui.

O instituto foi fundado a dez anos atrás. No dia do evento do instituto nós conseguimos trazer o então presidente da Sabesp, o Gesner, que veio aqui, nos apresentou, falou que ia resolver o nosso problema. Bom, o Gesner não está mais lá, infelizmente vão se trocando as pessoas. Mas assim, aqui é uma apresentação que é mais recente, é de 2011, onde a Sabesp apresentou o plano diretor dela para o município, ela fez uma audiência pública para fazer isso a nosso pedido. Muitos técnicos da Sabesp que eu estou vendo aqui estavam nessa audiência. Então nós tínhamos, por exemplo, eu estou falando da ETI aqui, mas nós não temos tratamento

nem sul, nem norte da Ilha, nós não temos nem coleta. E nós temos aqui promessa de 2014-2015, a ETI do Portinho, que é o sul da Ilha, estar construída. Nós temos o Curral aqui e Praia Grande que 2016-2017 estaria pronto e nós não temos isso, não temos nem uma perspectiva para isso. E muito disso porque nós não assinamos o contrato de programas com a Sabesp, ou seja lá com quem. Então isso também é um problema. E não é só um problema nosso, os quatro municípios estão na mesma situação aqui no litoral.

Pediram para eu concluir. Em suma, eu queria mostrar mais algumas coisas para vocês, por exemplo, a gente monitora os córregos de 15 córregos aqui do canal. Os nossos córregos, diferentemente do que todos falam, é tudo super poluído, são os córregos que poluem o mar, não são suficientes. A gente monitora esses córregos, que eles têm, esporadicamente dado ruim, mas na maior parte do tempo eles ficam enquadrados. Então assim, a gente tem problema sério, o emissário do Araçá bate aqui e o nosso emissário também. Então o que eu queria dizer para vocês, gente, aqui nós temos uma cúpula de pessoas, todas as pessoas que poderiam nos ajudar a resolver. Desde o município temos dinheiro de royalties para isso, até o estado que eu acho que tem que ter uma contribuição em função de sermos uma cidade que atende o estado inteiro. Então eu vou concluir, talvez eu consiga ter a oportunidade de voltar, eu não fiz minha apresentação toda, mas ela estará disponível no site. E também quem quiser, eu estou com alguns CDs aqui. Desculpa, mas tem que dar espaço para os outros também.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Parabéns à Gilda Nunes. Eu querida lembrar, Gilda que eu vou agora, ao invés de passar ao representante da prefeitura, ouvir o presidente da Sabesp. E você continue aqui, porque o presidente saindo a assessoria toda vai ficar aqui para um debate junto com a sociedade. Parabéns pela sua explanação.

Antes de passar a palavra ao presidente, conforme eu já comuniquei, eu queria registrar aqui a presença do Sr. Jorge Ribeiro, presidente do PV da Ilhabela. Anis de Oliveira, vereador da Ilhabela. Mucio Mattos, meu querido amigo e delegado seccional aqui da região do litoral. Denis Guerra, vereador de Caraguatatuba. Evandro do Nascimento, vereador de Caraguatatuba, muito bem-vindo a todos. E também me anunciaram que Estevão Galvão, líder do DEM já se encontra aqui, deve estar adentrando em breve. E também o deputado Ricardo Madalena do PR.

Eu passo a palavra então ao presidente da Sabesp, o Sr. Jerson Kelman.

O SR. JERSON KELMAN - Bom dia a todos. Inicialmente eu queria agradecer ao deputado Roberto Tripoli, presidente desta comissão pela oportunidade de me dirigir aqui a este público. Quero cumprimentar todos os deputados que estão aqui. Para abreviar o tempo eu vou cumprimentar na pessoa do presidente da Assembleia, Fernando Capez. Meus cumprimentos também ao secretário de Meio Ambiente, Ricardo Salles, ao prefeito Márcio Tenório, ao promotor Tadeu Salgado. Cumprimento meus colegas da Sabesp, estão todos aqui da região, diretor do litoral no interior Luiz Paulo, está aqui presente. Já foi anunciado que eu vou ter que sair porque tenho um encontro com o governador tenho que pegar uma carona no helicóptero. Mas minha posição aqui, serei substituído pelo Luiz Paulo, que é o diretor da Sabesp desta área, de litoral.

E início logo então, minhas senhoras e meus senhores, repetindo o que eu disse ontem ao deputado Tripoli. Nós tivemos uma conversa no telefone e eu disse o seguinte, que não há nenhuma dificuldade técnica para que Ilhabela tenha o padrão de saneamento que tem os melhores lugares do mundo. Eu citei Flórida como exemplo, mas qualquer um. Quer dizer, o problema não é de natureza técnica, nós sabemos o que tem que ser feito, o problema é de natureza econômica. A questão fundamental é quem paga o quê, essa é a questão. Quer dizer, nós poderíamos... Isso aqui pode ser um paraíso, a discussão é isso.

Por que eu estou dizendo que a questão é uma questão econômica? Porque Ilhabela isolado, quer dizer, se a Sabesp só tivesse a Ilhabela como área de concessão, a tarifa teria que ser muito mais elevada do que é. O que quer dizer isso? Isso quer dizer que Ilhabela... A Sabesp serve 366 municípios. Alguns desses municípios nós chamamos de positivo, no sentido de que a arrecadação é suficiente para pagar todo o custo do empreendimento, tudo o que se investiu e sobra recursos que são aplicados nos outros municípios. Então não há nenhum demérito, não há nada de errado, mas Ilhabela está na classe dos municípios que ajudada, não ajuda os outros, é ajudada pelos outros.

Digamos, o custo de implementação das infraestruturas necessárias aqui, como eu estou dizendo, vem de outros lugares. Bem, não dificuldade nenhuma, então também já foi dito que nós temos um plano de investimentos no valor de 128 milhões de reais, que prevê a implantação gradual de toda essa infraestrutura para nós chegarmos, digamos, a uma situação ideal. É possível acelerar isso? É possível fazer em menor prazo? Claro que sim. Para isso nós precisaríamos de duas coisas só. Primeiro, já foi dito, um

contrato com a prefeitura. Nós não podemos, evidentemente, fazer investimentos vultuosos sem ter um contrato. Então já conversamos com o prefeito, não vemos dificuldade nisso, tal. O segundo, é que a velocidade com que vamos avançar depende de como se escolha esse contrato. Quer dizer, esse contrato pode ter recursos só oriundos da Sabesp.... Quando eu digo oriundos da Sabesp quer dizer o quê? Nós não temos recursos do governo do estado, nós não temos recursos da União, nós temos só recursos pagos na conta de água de todos os 28 milhões de consumidores eu nós temos no estado de São Paulo. São 28 milhões que pagam essas contas de água e daí é que vem a receita que nós vamos aplicar aqui.

Então a velocidade com que vamos avançar, mais ou menos, depende de quanto a prefeitura se dispõe a ser a nossa parceira, como já está sendo, a prefeitura é parceira, já faz investimentos. Aqui foi anunciado que a ETI, que custaria da ordem de 32 milhões de reais, a prefeitura já se dispunha com 25 milhões e possivelmente mais. Então o prefeito ali a pouco me disse que faria. Então tudo bem, quer dizer, a velocidade depende da prefeitura, do envolvimento da prefeitura, há uma possibilidade de no contrato padrão que nós temos, põe ser adaptado para as constâncias nos locais Ilhabela como quase todas as cidades do litoral tem uma peculiaridade. A instalação para água, para esgoto, é muito cara porque ela tem que atender o pico da demanda, quer dizer, ela tem que atender os dias, poucos dias por ano que a Ilha está lotada de gente. E a maior parte do tempo essa instalação toda fica ociosa, porque a população fixa é muito menor do que a flutuante nesses intervalos. Então é tudo muito caro, não é só a Ilhabela, todo o litoral é muito caro por causa disso.

Então há várias possibilidades, e não vou aqui detalhar, de arranjos tarifários que diga: “não, se a população local quer mais rápido, pode. Então estou vindo aqui com a seguinte posição, tudo é possível, depende de quem paga o que, mas tudo é possível.

Bom, eu vou tentar endereçar agora a questão que... Eu não guardei o nome da senhora que me antecedeu. Gilda Nunes, apresentou. O problema principal, me parece, é a poluição dos rios e das praias, a balneabilidade. Uma preocupação que todos nós, Poder Público, população, etecetera, temos que ter, é não dar uma solução exata para o problema errado. O que eu quero dizer? Eu sou professor na pós-graduação de engenharia e sempre falo isso para os meus alunos, é muito comum engenheiros estarem dando soluções muito precisas, mas o enunciado do problema não está certo.

E eu aqui no sentido de colaborar, quer dizer, não se trata nem de uma obra que será feita pela Sabesp, mas no sentido de colaborar, eu levanto a dúvida que depois

poderá ser endereçada pelos especialistas, temos aqui gente da Cetesb, a Dra. Laura, e outros que possam trazer da questão. Eu entendo, a percepção da Sabesp é que a poluição, a origem da poluição não está no emissário. Temos um problema de poluição, de balneabilidade, existe o problema, mas o problema não é esse, o problema é esgoto não coletado. E é também poluição difusa, eu já falo de poluição difusa. Mas esgoto não coletado é muito grande. Se o esgoto não é coletado ele escorre ou pela drenagem ou pelos talvegues chega aos rios, chega aos cursos da água e chega ao mar, chega à praia, e aí polui a praia.

Bem, nós temos aqui que o esgoto não coletado tem duas origens, uma é, nós chamamos de factíveis. O que são os factíveis? São residenciais, imóveis, que poderiam estar ligadas à rede de esgoto e não estão, foi mencionado antes. Isto é, passa uma tubulação na rua, a casa pode se conectar ao esgoto, fazer com que seu esgoto vá para a tubulação certa, mas não faz. Não faz porque não sabe ou porque não quer gastar dinheiro fazendo a obra ou porque não quer pagar a tarifa. Enfim, não faz. Quantos são esses aqui em Ilhabela? Da ordem de mil 600. Tem cerca de mil 600 imóveis que podem se conectar e não se conectam. Esse é um dos problemas, não é o único. Mas só esse problema, qual é a carga de poluição que chega na praia por conta dessas mil 600 residências? Eu vou traduzir isso em termos de caminhões lotados de esgoto, digamos, caminhões com uma carga de esgoto, equivalente a 80 caminhões por dia despejando esgoto na praia. Isso é a contribuição da poluição desses mil e 600 imóveis. Então a primeira coisa a fazer, bom, temos que chamar essas pessoas às falas. Não podemos deixar essas pessoas tendo o serviço à disposição, se negarem a se conectar. É obrigação legal, elas têm que faz isso, a lei determina isso. E por que a Sabesp não faz isso? A Sabesp não faz isso porque ela não tem poder político. Por isso que me conversa com o prefeito, nós já combinamos uma ação conjunta da Sabesp e da prefeitura do sentido de ir atrás. Mas é preciso que esta população que está aqui se mobilize, isso é importante. Quer dizer, senão não tem sentido botar uma tubulação na rua se isso não for funcionar, não for coletar o esgoto.

Mas suponhamos que resolvemos esse problema das mil e 600 casas, resolveu o problema? As praias ficaram balneadas? Não, não. Tem uma série, uma área enorme da cidade ainda que não tem rede de coleta, nós temos que avançar na rede de coleta, nós temos que estender a rede de coleta para essa área. Foi dito aqui que nós temos aqui em termos de rede de coleta disponível da ordem de 52%. Quer dizer, um em cada dois imóveis não pode se conectar, então é claro que nós temos que avançar nisso. E aí que

entra o que eu falei, quer dizer, nós temos um programa de investimentos de 128 milhões ao longo de vários anos, mas que pode ser abreviado dependendo dessa conversa com a prefeitura, dependendo de qual é o contrato que nós fizemos com a prefeitura, qual é a contribuição local. Seja diretamente da prefeitura, seja por meio dos próprios cidadãos, por meio de uma tarifa diferenciada se for o caso. Nós não estamos impondo isso, é uma opção.

Bom, em relação a ETI, enfim, como a prefeitura se dispõe a fazer, eu não tenho, não quero criar nenhum obstáculo a isso, mas eu faço um alerta para que se examine esse assunto com mais propriedade técnica. Porque pode ser que seja uma solução precisa para o problema errado. Pode ser. Levanto isso a título de contribuição. Porque não tem sentido gastar 32 milhões de reais em algo que a nosso ver não é necessário. Esse emissário de fato ele é curto, mas ele é profundo. Aquela tabela que foi mostrada, não sei se perceberam, mas o emissário tem uma saída à 35 metros de profundidade. Nossas amostram que não é ele que traz poluição para a praia. Não precisam acreditar, mas enfim, é isso, eu estou tentando dar uma contribuição. Ok.

O foco principal, ao nosso ver, o enunciado correto do problema, o que deve ser atacado primeiro são as áreas que não tem ainda coleta de esgoto. Isso que nós temos que fazer. E termino aqui dizendo que estamos, quer dizer, nós só vamos seguir em frente com contrato, já foi dito. Alguém poderia perguntar, aliás, investidores às vezes me perguntam: por que a Sabesp se dispõe a prestar um serviço se é negativo? Se a Ilhabela dá um resultado negativo, porque a Sabesp vai fazer um mal negócio? A resposta é o seguinte, porque a Sabesp é empresa pública, ela não escolhe que locais ela vai prestar o serviço. Quer dizer, se quiserem que a Sabesp venha prestar um serviço em um local que ela, na realidade, a arrecadação não é suficiente para pagar o quê? Não é suficiente para pagar os investimentos e a operação, não é suficiente. Então se quiserem que a Sabesp venha, apesar de dar um resultado negativo a Sabesp virá, porque ela é uma empresa pública, o controlador da Sabesp é o Governo do Estado de São Paulo, o governador Alckmin é o controlador da Sabesp. Agora nós não queremos nos impor. Quer dizer, se tiver alguém mais inteligente que nós, mas eficiente que nós, que possa prestar serviço, nós não queríamos nenhuma barreira, não queríamos nenhuma dificuldade, nós queríamos que o serviço seja bem prestado em Ilhabela, como nos demais municípios todos e não criamos nenhuma dificuldade. Se tiver outra solução melhor que a nossa, ok, nós não vamos atrapalhar. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria nesse momento agradecer a participação do presidente da Sabesp, o Jerson Kerlman. E me despedindo dela, gostaria de convidar o diretor regional da Sabesp, Luiz Paulo, para que assuma a cadeira do Sr. Presidente. E queria também chamar os seus deputados estaduais que tomem assento aqui ao meu lado, por favor, todos os deputados, que nós abrimos... Não, eu gostaria que os deputados... Estevão Galvão, é um privilégio tê-lo conosco, já anunciei a sua presença. E queria também agradecer ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que está se retirando. Uma salva de palmas a ele. Obrigado.

Muito bem, dando sequência no nosso evento... Você vê que há número aqui. Acho que Ilhabela nunca recebeu tantos deputados como hoje. Gostaria que o deputado Chico Sardelli, representando o bloco, sentasse aqui ao meu lado, por favor.

Muito bem, como nós tínhamos combinado, como o presidente da Assembleia e o presidente da Sabesp tiveram que sair por compromisso da capital, nós vamos passar agora ao seu prefeito que faça o uso da palavra e indiquem quem V. Exa. gostaria que se pronunciasse em relação à prefeitura. Me parece que o secretário de meio ambiente, mas eu passo a palavra ao senhor para sua saudação e convidar o responsável pela prefeitura para se pronunciar.

O SR. MÁRCIO TENÓRIO - Bom dia todos. Primeiramente quero cumprimentar aqui o deputado Ricardo Tripoli, deputado estadual, presidente da Comissão de Meio Ambiente. Cumprimentar aqui o Dr. Tadeu Badaró, Ministério Público. E em nome deles cumprimentar também toda a Mesa, o secretário Ricardo Salles, o presidente, o secretário estadual de Meio Ambiente, Roberto Tripoli, desculpe, perdão. Cumprimentar aqui todos os deputados aqui presente. Dizer que é uma honra muito grande o município de Ilhabela receber um evento de tamanha importância para a cidade e cumprimentar a população aqui, a sociedade civil organizada esse público jovem do colégio São João aqui presente. Duda, em teu nome agradecer todos os alunos do colégio São João Agradecer à minha equipe, agradecer a população de Ilhabela.

Dizer que quando fomos contatados pelo deputado Roberto Tripoli, pelo vereador Aurélio Miguel, pelo Luizinho (ininteligível) o instituto Ilhabela sustentável, a Gilda, o Carlos Nunes, me enchi de orgulho de receber o trabalho da Assembleia Legislativa aqui no nosso município de Ilhabela. Porque para falar de saneamento básico nós

precisamos falar desse plano de governo aqui, que como a Gilda bem disse, foi construído com a participação de vocês. E a tônica do nosso governo será essa, ouvir a população. Porque no passado se falou muito e a população não foi ouvida.

Eu acompanhei atentamente os números técnicos e para falar sobre esses dados, eu vou direcionar a palavra para o nosso secretário de Meio Ambiente, o Mauro Oliveiras, em nome dele cumprimento todos os nossos secretários aqui. Ele vai falar um pouquinho sobre a visão municipal e sobre o que nós pactuamos com a população ao longo do nosso projeto político. Muito se falou, muito discurso fantasioso e na prática muito pouco foi feito. Nós tivemos a sorte, mesmo antes de ser empossado, trabalharmos o orçamento municipal já com a Câmara de Vereadores. Eu quero cumprimentar aqui a vereadora Nanci, presidente da câmara, que se faz presente nesta manhã. Em seu nome cumprimentar todos os demais vereadores. Dizer da parceria e do diálogo que este governo tem com a Câmara de Vereadores e o bom relacionamento também com a Assembleia Legislativa e os demais poderes aqui presentes.

Dizer que neste primeiro ano nós já estamos destinando no orçamento mais de 27 milhões de reais. Nosso governo não terá as coisas atropeladas, elas serão feitas respeitando o planejamento estratégico e a legislação. Legislação essa, Dr. Tadeu, que eu peguei uma prefeitura aqui e foi dita as condições que nós assumimos esse prédio aqui, em precárias condições. E mais de 20 milhões de reais em multa por ações judiciais, por descumprimento às questões ambientais. Isso não faremos, nós vamos respeitar a legislação. E eu preciso, aqui da Dra. Laura da Cetesb que está aqui também, de ações que realmente possam vir e ser trabalhado para que o município possa ter o plano realmente de saneamento básico que não foi executado nos últimos anos.

Muito se falou. Nós falamos da questão do crescimento desordenado. Foram mais de 80 milhões de reais, se não me falha a memória, o Edivaldo está aí, diretor de habitação da prefeitura, mais de 80 milhões de reais por áreas desapropriadas como fazendas, casas das princesas e não foi direcionado, investido para o saneamento básico em nenhuma unidade habitacional para a nossa cidade de Ilhabela. Então aqui eu mostrei esse plano de governo para o secretário, para o presidente da Sabesp. Tão logo assumi o governo, estive a 20 dias atrás conhecendo o presidente da Sabesp e toda sua equipe, o Zé Paulo, o Luiz Paulo e falamos da nossa preocupação. É um absurdo os quatro municípios, especial Ilhabela, há mais de quatro anos sem contrato com a Sabesp e sem contrato com nenhuma empresa que possa vir aqui executar esse importante projeto para Ilhabela. Eu venho da área da saúde e a Gilda falou aqui da segurança

hídrica. Então cada um real que a gente investe no saneamento básico, a Organização Mundial de Saúde diz que a gente economiza cinco na saúde. E eu vivo aqui com a vigilância epidemiológica cheia de notificações de doenças hídricas, em função de falta de esgotamento sanitário.

Eu apresentei o meu nome para a população de Ilhabela com um discurso verdadeiro e que é possível fazer, está aqui. Nós vamos fazer essas estações de tratamento, nós vamos destinar os recursos que não são poucos, são muitos e foi dito aqui. Nós temos uma receita importante que nós vamos destinar para aqueles projetos que possam contemplar o cotidiano da população e garantir o futuro da nossa cidade com o planejamento estratégico, organizado, sério. E que essa população que o plano diretor vem falando, não possa, futuramente, comprometer a nossa qualidade de vida. É verdade, eu recebi um município, nós temos aqui uma população com base em 2015, de 32 mil habitantes, como a Gilda falou. Mas nós assumimos a cidade no dia dois de janeiro com mais de 140 mil turistas. Só veículos, deputado, atravessaram 40 mil veículos para a cidade. E eu conto com a Assembleia Legislativa, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com a Cetesb, com a sociedade civil organizada para que juntos, nós possamos definitivamente sair do discurso e ir para à prática resolvendo o problema da questão ambiental em Ilhabela. Seja no esgotamento sanitário, seja na coleta de água. Obrigado a todos, parabéns pelo trabalho. Devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Prefeito forte, fala grosso. Daqui um ano nós voltar aqui, prefeito, e vamos ver tudo o que esse pessoal falou, presidente da Sabesp, Cetesb, meio ambiente, prefeito. Eu estou gostando de ver, o senhor está ativo.

O SR. MÁRCIO TENÓRIO - Com certeza, eu estou em 60 dias de governo e ano que vem tem eleição para deputado. É muito bom vê-los todos aqui.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria lembrar, seu prefeito, que quando eu convidei os deputados eu disse a eles que não é para ir buscar voto, é para trabalhar. Então nó temos deputado aqui que vem de Jaú, temos deputado aqui que vem de 500 quilômetros daqui e está aqui para ajudar. Nós não vamos polemizar, prefeito, desculpa, só para a presidência. Eu vou passar a palavra a outro, o senhor aguarda o seu momento. Muito bem

Eu gostaria, nesse momento, de antes de passar a palavra ao seu secretário de Meio Ambiente, se me permite, eu gostaria de ouvir o Ministério Público, rapidamente para que nós possamos ouvir os deputados e a sociedade civil. Nós viemos aqui para trabalhar, nós viemos aqui para resolver e ajudar o prefeito Márcio a colocar em prática todo o seu programa de governo. Eu passo a palavra então ao Ministério Público.

O SR. TADEU BADARÓ - Bom dia a todos. Eu começo cumprimentando o Instituto Ilhabela, centrado na pessoa da Gilda, pelo empenho incansável em levantar discussão sobre problema do saneamento básico no nosso município. Aproveito para cumprimentar também todas as mulheres pelo dia da mulher. Eu não sou uma pessoa muito ligada a esse tipo de data, mas quando a data representa questões que merecem reflexão profunda como, por exemplo, o problema da violência contra a mulher, ela deve ser sempre lembrada e deve de fato provocar uma reflexão.

Queria também agradecer a presença de todos, cumprimentar a presença da sociedade de Ilhabela nesta audiência. Isso é um termômetro do quanto a questão do saneamento é importante para os munícipes de Ilhabela. Cumprimento também todos os deputados estaduais na pessoa do presidente da Comissão de Meio Ambiente, Sr. Tripoli. Cumprimento a Secretaria Estadual de Meio Ambiente na pessoa do secretário Ricardo Salles. Cumprimento a Sabesp, cumprimento a prefeitura municipal na pessoa do prefeito Márcio Tenório, vereadores, demais representantes dos órgãos públicos, agradeço a presença.

Eu ouvi atentamente a apresentação da Gilda, ela deu um panorama, ainda que breve, muito claro sobre o tamanho do problema do saneamento básico no município, o tamanho do déficit. Ela não conseguiu concluir a apresentação, mas eu vi ali algumas proposições para esta audiência pública como compromisso da realização da estação de tratamento secundário em Itaquanduba e da redução do prazo previsto pelo planejamento da Sabesp para a universalização do serviço em Ilhabela. Ouvir também a palavra do presidente da Sabesp, que levantou uma questão que normalmente é o grande entrave para a solução do problema, que é quem paga? Quem vai pagar a conta? Normalmente, quando a gente enfrenta esse problema em outros municípios, essa é uma discussão interminável. A Sabesp tem lá duas razões, ela é uma empresa que tem que ter preocupação com as suas finanças, até por se tratar de uma empresa pública, e os demais entes federativos normalmente alegam a falta de recursos para esse tipo de investimento. No nosso caso isso não se aplica.

Gostaria de fazer um exercício rápido aqui com os senhores. Os senhores imaginem uma pessoa muito pobre que vai morar em um lugar muito remoto e ela realmente não tem recursos para nada, então ela consegue a duras penas construir sua casinha, mas ela não tem dinheiro para fazer um tratamento sanitário na sua residência, então ela faz suas necessidades no quintal da casa dela. E ela tem ali um córregozinho que passa em frente à casa dela, ela também usa aquele córrego para fazer as suas necessidades e como ela não tem dinheiro, ela toma a água desse mesmo córrego aonde ela faz as suas necessidades. Até que um dia ela ganha na loteria. Ganha na loteria, ganha uma quantia absurda de dinheiro. O que faz essa pessoa? Ela constrói ali um tratamento, uma foça, um tratamento sanitário? Ela começa a adquirir água potável para ela e para seus filhos? Não. Essa pessoa pega esses recursos e ela contrata a Ivete Sangalo para tocar no carnaval na casa dela e os Rolling Stones no final do ano. Uma outra parte desse recurso, ela tem ali uma entradinha na casa dela de pedras, ela resolve trocar aquela entradinha de pedras e faze rum belíssimo asfalto pavimentado. Com outra parte desse recurso, ela contrata um... Bom, continuando esse exercício, essa pessoa contrata um arquiteto de renome para fazer uma bela obra artística, faz uma estátua bonita na frente da casa dela. Essa pessoa tem uns amigos ali em Bragança Paulista, ela contrata esses amigos para fazer um belo teleférico e continua fazendo suas necessidades no quintal da casa dela, continua usando o córrego que passa na frente da casa dela para fazer as suas necessidades e continua tomando essa água e dando a água para os seus filhos. É exatamente isso o que faz o município de Ilhabela.

O município de Ilhabela, no ponto de vista financeiro ganhou na loteria com a questão da exploração dos royalties do petróleo. O município recebe quantias absurdas de recursos públicos totalmente desproporcionais a qualquer outro município do Brasil e do estado de São Paulo em função dos royalties do petróleo. Só para os senhores terem uma ideia, a estimativa da Sabesp para a universalização do serviço de saneamento até 2040, prevê um investimento na ordem de 128 milhões. Ilhabela, só em 2016, recebeu de royalties 230 milhões. Está correto? Então os senhores vejam que em apenas um ano o município de Ilhabela teria condição de duplicar os investimentos que a Sabesp pretende fazer no município até 2040. Então no caso específico de Ilhabela, a solução é muito simples, a solução é dedicar uma parte substancial da arrecadação de royalties do petróleo para investimento em saneamento básico. Isso tem que ser feito para que a gente reduza substancialmente esse horizonte de 2040 para universalização dos serviços públicos.

A rigor, senhor prefeito, o senhor tem condição de sanar esse problema, por incrível que pareça, no seu mandato. Tem condição de fazer os investimentos necessários para universalização. E para isso basta ouvir a população. Eu acho que está mais do que claro, a Gilda mostrou a pesquisa que foi feita junto à população sobre as principais carências da cidade. Se fizermos uma agora: quem entende que o orçamento dos royalties deve ser dedicado principalmente, prioritariamente para a solução do problema do saneamento básico, por favor, levante a mão. Então na qualidade de meros representantes da vontade da sociedade, está claro o que precisa ser feito. A solução é factível, basta esse compromisso. E é importante que a população permaneça acompanhando, acompanhe as audiências públicas de discussão de orçamento público municipal, é importante que a população esteja lá para deixar claro qual é a sua vontade. É importante também que esta audiência não seja um ato isolado, é importante que isso que está acontecendo agora tenha continuidade.

Nós acompanhamos o último plano de investimento da Sabesp que prévia a universalização do serviço até 2012. Houve uma apresentação, criou-se uma enorme expectativa e nada aconteceu. Não vamos entrar no mérito aqui do porque não aconteceu. Mas o fato é que existe uma desconfiança da sociedade em relação aos órgãos públicos da efetiva solução desse problema. Então uma forma de nós garantirmos que isso não acabe aqui é que façamos aquilo que o deputado já sinalizou, já marque uma audiência devolutiva para que com a presença de todos, dos mesmos atores, para que a população possa acompanhar, daqui a seis meses, por exemplo, o que foi feito daqui até lá. E também seria interessante que fosse criada uma comissão, um fórum de discussão permanente, aberto, transparente com a participação pública para que seja acompanhado esse processo de contratação do serviço de saneamento básico. Então esse é um pedido que eu faço.

E para encerrar, nós tivemos algumas reuniões no Ministério Público e foram determinadas algumas metas de atuação nessa área de saneamento. E duas questões foram colocadas como prioritário, que no contrato de prestação de serviço de saneamento básico seja feito um prévio estudo de impacto de viabilidade econômica, que está previsto na Lei de Saneamento Básico. E também é importante a adesão a uma agência reguladora, Arsesp ou PCJ porque é condição de validade do contrato e agrega uma instituição independente no processo de fiscalização e acompanhamento da política pública. Muito obrigado pela presença. Muito obrigado pela presença da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu queria agradecer a participação do Ministério Público, muito ativo, jovem, isso é muito bom. E com certeza doutor, a intenção é começo meio e fim. E volto a dizer, aqui ninguém está atrás de voto, nós estamos nos reunindo para trabalhar. É que Olim fala, mas Olim fez 170 mil. Mas eu ainda fiz 240, então eu estou um pouquinho maior que Olim, eu acho. Mas eu vou passar a palavra então agora ao secretário de Meio Ambiente do Estado, Ricardo Salles, que tem nos ajudado muito jogando de frente. Ricardo, com a palavra.

O SR. RICARDO SALLES - Bom dia a todos, em especial cumprimento as mulheres e as meninas que estão aqui prestigiando e tornando mais leve o difícil fardo de trabalhar em prol do bem público, do interesse público. Cumprimentos ao nosso presidente da Mesa, deputado Roberto Tripoli, que tem sido um grande parceiro na Assembleia Legislativa dos temas relativos ao meio ambiente, que estão a nosso cargo na Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Cumprimentos ao prefeito pela fala muito precisa e corajosa. E ao Tadeu que também fez colocações muito pertinentes e que eu brinquei até com o Roberto, disse: “eu normalmente tenho uns embates com o MP, é a primeira vez que eu escuto uma fala que eu concordo 100%”.

Eu gostaria de começar dizendo uma palavra simples aqui, Roberto, que é o meu envolvimento com a Ilhabela. Eu venho a Ilhabela, eu diria quase que semanalmente, desde 1998. Eu fui casado, a minha esposa, a família dela tem casa em Ponta das Canas desde 72. Então vem o Caio Kugelmas, presidente do Ilhabela Sustentável, cujo o filho é um dos meus melhores amigos. Estive com o Caio aqui várias vezes, com a Gilda, Inês, enfim. Então eu tenho uma relação. Eu sou sócio aqui do iate clube de Ilhabela, tenho um barquinho aqui, venho aqui, estava aqui no carnaval. Ou seja, eu tenho uma relação com Ilhabela especial, mais profunda pelo fato histórico de vir para cá do que só pelo fato de ser secretário do meio ambiente.

Bom, eu acho uma vergonha nós termos uma cidade como Ilhabela cheia de bandeiras vermelhas que, aliás, são colocadas pela minha secretaria, pela Cetesb. Acho uma vergonha nós termos uma cidade com tamanha arrecadação decorrente dos royalties e tudo o que vem para cá, e tudo o que eu ouvi nesses últimos anos foi estátua de metal, peixe, ponte, etecetera e saneamento e residência que é bom eu não vi nada de interessante. Estamos em um prédio que, na minha opinião, representa exatamente o que o Tadeu acabou de colocar. Uma cidade que não tem saneamento e uma série de

ocupações irregulares, como a prefeitura que custou 20 milhões de reais. Uma situação absolutamente inadequada, inaceitável.

Quando eu estive pela primeira vez aqui na Ilhabela Sustentável e eu até logo em seguida, comentei a reunião que tive, comentei com o Tripoli lá em São Paulo. Nós identificamos um problema recorrente do litoral que é a falta de contratualização e, portanto, essa ciranda negativa que é, a Sabesp não investe porque não tem contrato, não tendo contrato o investimento fica prejudicado. A prefeitura, ou as prefeituras, e aí sem personalizar na prefeitura de Ilhabela, as prefeituras empurram a contratação com a barriga, porque não querem ter obrigação de comprar essa briga. Enfim, vira um ciclo vicioso que quem perde é meio ambiente, sociedade, nós que frequentamos praia de bandeira vermelha e por aí vai.

Então é chegado o momento de tomar uma atitude. E tomar uma atitude, e eu gostei muito da fala do Tadeu, tomar uma atitude calcada em questões reais. Não adianta construir uma solução de laboratório que não fica de pé, não adianta, não vai acontecer, nem aqui, nem em Ubatuba, nem Caraguatatuba, nem São Sebastião, nem em lugar nenhum. Se não houve um equilíbrio entre obrigações, necessidade, estado da técnica, tudo o que envolve a solução do problema tem que estar devidamente equacionado para concretizar a solução do problema. Se nós vamos ter ETI ou não vamos ter ETI, se é necessário ter a ETI ou não é necessário ter a ETI, é uma discussão técnica que tem limitações, notadamente financeiras.

Então me dizia o Márcio aqui que a arrecadação anual de Ilhabela com os royalties é da ordem de 300 milhões de reais. O custo da solução do problema de coleta e tratamento de esgoto em Ilhabela, se houver ETI é da ordem de 150 milhões, se não houver ETI, 120 milhões de reais. Então quer me parecer, diante desses números, que nós temos condições, só com os royalties do petróleo a razão de 30 milhões por ano, que é 10%, quer dizer, não é nada, como o Tadeu colocou bem aqui. Dá para solucionar em quatro anos o problema. A obra ficaria pronta para 100% do problema. Avança-se bastante durante o teu mandato. Na melhor das hipóteses são quatro a cinco anos de obra ininterrupta para zerar o problema. E o Luiz Paulo me corrija se eu estiver enganado. Mas, com isso, nós solucionamos o problema da Ilhabela. Não será a solução para os outros municípios, que não tem essa receita disponível que Ilhabela tem. E aí nós vamos ter que estudar questões como tarifa de sazonalidade e outras formas de financiamento para viabilizar, sob pena de ficar uma discussão de tem que fazer, mas ninguém faz, aí empurra-se com a barriga como se fez até agora.

Agora, da nossa parte, Roberto, qual foi o nosso compromisso lá atrás? Você participou bastante disso. Nós vamos fazer o que é a nossa função, defesa do meio ambiente. Nós temos aqui o Parque Estadual, que a Joana está aqui e que é a nossa gestora. Qual é o percentual de parque da Ilha, 60%? 70%? 84% da Ilhabela é o parque, portanto 84% do território da Ilhabela está indo diretamente sobre a nossa jurisdição, secretaria de estado e meio ambiente.

Com relação a questão do esgoto, saneamento, que é o tema principal nosso aqui. Nós vamos fiscalizar duramente. E nós vamos multar a prefeitura através da Cetesb, vamos multar se esse assunto não avançar. Vamos multar Sabesp, vamos multar a prefeitura, mas vamos exigir que a prefeitura, Márcio - eu sei que você vai fazer isso de bom grado, então nem preciso alongar muito - que faça as ligações das mil e 600 propriedades factíveis e que vem empurrando com a barriga esse assunto. Nós temos que sair do mundo de faz de conta: "o problema é Sabesp", o problema não é só da Sabesp. Nós temos uma cidade que cresceu enormemente e desordenada, um monte de ocupação irregular que se fechou os olhos, esgoto que não é tratado que ninguém fez a ligação. Uma série de providencias que dizem respeito a município, estado, polícia ambiental, etecetera, que nós vamos fazer. E não adianta: "mas coitadinho, não tem dinheiro", se vira. Tem o programa "Se liga na rede" para usar, tem verbas da prefeitura, tem verbas do estado. Agora, vai cumprir a lei. E vai cumprir a lei todo mundo. É prefeitura, é Sabesp, é proprietário, é invasor que entrou em área de APP e não poderia, é quem construir na beira da água.

Então a Secretaria do Meio Ambiente, já faz oito meses desde que nós estamos lá, tem atuado fortemente na questão de fiscalização, lixo, saneamento, qualidade do ar, enfim, são pressões de todo o tipo, demagogia e conversa mole de todo o tipo. Mas o fato é, se nós não enfrentarmos a realidade como ela é de verdade, em que todos os atores têm um papel para atuar e cada um deles tem uma culpa nessa história. Não adianta fazer de conta que o governo é o maldoso e a sociedade é boazinha, que o prefeito é ruinzinho... Não é. Aqui é uma situação que todos têm que se envolver. Quem tiver com o esgoto factível sem conectar tem que ser fiscalizado, multado, processado pelo Ministério Público. Aqui não tem essa história de hipossuficiente, não tem. Aqui ou todos entram na linha ou não vai ter solução, porque o problema é complexo. E felizmente, isso é uma boa notícia para todos nós, do ponto de vista financeiro nós temos o respaldo de uma arrecadação anula de royalties de 300 milhões de reais que

10% disso por ano, eu quero crer que não fará falta à prefeitura, pode até ser que faça falta, mas é um destino adequado, correto, prioritário.

E nós, do ponto de vista de Secretaria do Meio Ambiente, estamos aqui para ajudar a fiscalizar. E do ponto de vista de licenciamento, que é uma outra questão que enterra, às vezes, o processo, quer dizer, licenciar, licença prévia, licença de instalação, licença de operação, das atividades correlatas ao tratamento de esgoto, nós faremos um esforço grande para apreciar os processos e aprovar aquilo que vier da parte da Sabesp e da parte da prefeitura. Então é isso. Eu conclamo a todos para se unirem, realmente, em torno desse tema, porque todos os componentes para a solução desse problema estão aqui presentes graças à iniciativa do nosso deputado Roberto Tripoli. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Jovem secretário e pronto para guerra. Isso é muito positivo. Então vamos ver daqui seis meses, um ano, se colocamos em prática tudo isso. Não é, comandante? Eu queria agora chamar o senhor secretário de Meio Ambiente do município que é o senhor Mauro de Oliveira Pinto, que tem algumas coisas a acrescentar, fora o que o seu prefeito colocou, em relação a esses três itens da nossa audiência. Com a palavra, Sr. Mauro.

O SR. MAURO DE OLIVEIRA PINTO - Ok. Obrigado. Bom dia a todos. Quero fazer um agradecimento especial ao deputado Roberto Tripoli por trazer esta audiência aqui para o nosso município para tratar de um assunto tão importante e tão debatido aqui na nossa cidade.

A nossa apresentação estará focada no esgotamento sanitário. Nós não vamos entrar em saneamento de uma forma ampla, ok? Porque sabemos que o esgoto é o principal causador da poluição das nossas praias e, logicamente, que causa problemas de balneabilidade na nossa cidade, ok? Pode passar.

Aqui temos a situação atual do nosso município. Isso, deputados presentes, Dr. Tadeu, aqui nós estamos vendo 16 anos de riqueza de royalties e é tudo isso que nós temos de saneamento com tratamento secundário. Na verdade, como nós vimos ali na Praia Mansa, é um tratamento que não é secundário, mas tinha um resultado próximo ao secundário. Então foram 16 anos de riquezas e de royalties, aproximadamente, e isso que foi investido. Eu concordo com sua fala de que podemos fazer isso em quatro anos, e é o projeto do nosso prefeito. Porém nós ano vamos conseguir isso sozinhos, logicamente, porque esses investimentos foram alocados nas cidades, gerou um

crescimento grande e se não fosse os royalties hoje, nossa cidade seria uma cidade falida. Teríamos aí aproximadamente 100 milhões de déficits por ano. Estou dando um número aproximado aqui, um chute. Então precisamos, logicamente, como é importante essa audiência para buscarmos essa ajuda e fazermos esse trabalho em quatro anos como o Dr. Tadeu falou que com certeza podemos fazer sim, em conjunto nós vamos conseguir. Passou uma, volta. Aí.

Isso aqui é o que temos em operação hoje, as duas que mostrei na tela anterior, Praia do Pinto e Praia Mansa. Aqui na região central nós temos as captações que vai da Barra Velha até o norte, até o final do norte, e ali toda essa capacitação ela vai para o emissário, através de um tratamento primário. Então é aqui onde nós debatemos e queremos trazer todo o tratamento secundário para esta região. Pode avançar.

Situação atual, regiões com esgotamento em implementação. Então ali nós temos Praia da Armação, Escola do Reino, Costa Bela, Buraco Fundo e a região do sul, Portinho, Feiticeira e Julião. Ok? As situações que nós temos, aqui já estamos bem adiantados, a armação elevatória está ok, falta licenciamento, energia elétrica, cadastro de rede. Escola do Reino também está elevatório ok, licenciamento, energia elétrica falta, um investimento pequeno de 35 mil. Costa Bela falta licenciamento, energia elétrica, cadastro de rede, também um investimento pequeno, 35 mil. Buraco Fundo falta licenciamento, energia elétrica, também um investimento de 35 mil, já existe rede e a elevatória está ok. A ETI da Feiticeira, essa também já está em fase final de licenciamento, ok? Já foi contratado o licenciamento, já está em fase final, está na Cetesb, no DAEE. Preciamos aí de oito milhões, parece que já tem uma verba adotada. E são cinco reservatórios e uma ETI. Regiões principais com déficit de esgotamento. Aqui nós vimos, principalmente as comunidades, extremo norte, extremo sul e curiosamente nós temos aqui no centro a região do Engenho D'água, que também não foi contemplada, apesar de toda a região central já possuir a coleta, já possui a rede, mas o Engenho D'água ficou fora, não existe nada hoje lá.

Propostas para regiões deficientes de esgotamento, o Engenho D'água, como mostrei ali, seria a rede elevatórias. Pedra Miúda, Praia Brava no sul da Ilha, também uma elevatória. Ou uma ETI específica, você ia fazer o estudo, não temos esse estudo. Porto de Frades e (ininteligível) também extremo sul, são soluções individuais ou ETI específica. Nós vemos ali que é uma área extensa de cinco quilômetros. Logicamente não vamos fazer uma rede interligando, mas vamos fazer soluções individuais ou específicas em algum ponto mais populoso como Taubaté ou Itapecerica.

Região norte, Pacuíba até o Jabaquara, ali contempla aproximadamente 21 famílias, também sem esgotamento nenhum, sem tratamento nenhum, sem coleta. Mas é uma rede de oito quilômetros e nós temos ali 21 famílias, também terá que ser soluções individuais ou ETI específica por conta que são pequenas populações, Jabaquara seis famílias, Pacuíba nove famílias e ali no meio temos Furnas com seis famílias. Aqui temos a Praia do Bonete, aqui é um capítulo especiais da nossa cidade, porque é um cartão postal da nossa cidade. Uma das praias mais bonitas do Brasil, catalogadas aí nas empresas especializadas em turismo. E nós vamos dedicar aqui um capítulo especial no nosso planejamento, no nosso plano de saneamento municipal, ok?

Castelhanos, 54 famílias, e Praia Vermelha mais oito famílias, a mesma situação, cartão postal da cidade, precisamos também ter um capítulo especial aqui no nosso plano de saneamento municipal com soluções individuais ou ETI específicas. Comunidades tradicionais devem ser estudadas caso a caso. Aqui nós temos um exemplo, na Praia Mansa, o que foi feito lá, aquele primeiro que eu mostrei lá. Pode passar.

Ali foi um investimento de 150 mil reais, aproximadamente, atendendo 12 famílias que atende toda a comunidade. Esse é o sistema que foi implantado lá, um sistema de biorreator e biofiltro. Balneabilidades, fontes de poluição. Aqui que nós identificamos. Poluição nativa, lançamento em natura dos córregos. Aqui, logicamente precisa de um trabalho muito específico. Nós já iniciamos a contratação de um estudo para despoluição do riacho da Telma, que é aqui no PDQ, aqui próximo. Devemos inicia-lo, se Deus quiser, ainda nesse semestre, devo estar recebendo estudo agora no começo, será o nosso trabalho piloto de despoluição de riacho. E dali nós vamos avançar, aprender, logicamente, atender todas as necessidades e de quem lança o esgoto ali naquele rio para podermos trabalhar em outros rios maiores como sabemos que são inúmeros os rios onde temos esse problema.

A poluição difusa, drenagem de águas pluviais, gestão de drenagens urbanas. Estamos apresentando esse ano um trabalho junto a Fehidro para conseguir verbas para um trabalho aí de drenagem. E a questão de emissário, a falta de tratamento secundário, aquilo que nós vimos. Aqui não ficou muito bem claro, mas a estação de tratamento secundário de Itaquanduba recebe aproximadamente 80% de esgoto sanitário da ocupação regular do município. Esses 80% não é do município, é do que é captado hoje, talvez um pouquinho mais, mas do que existe de captação nessa região central. E aqui é a necessidade da construção do tratamento secundário antes do lançamento no canal.

Eu sei da posição da Sabesp, ela entende isso um pouco diferente, porém a própria Cetesb já reconhece essa necessidade. E aqui hoje se tornou uma prioridade, não por uma questão pessoal de ninguém, mas o nosso prefeito, durante as campanhas pôs sua equipe de colaboradores na rua perguntando à população o que a população queria e achava mais importante para o próximo governo. E saneamento foi disparado o item mais ouvido. E dentro de saneamento eles pediam o tratamento secundário no nosso emissário. Então isso se tornou importante, não porque o prefeito quer, porque eu quero, mas porque a população quer, a população pede isso. Nossos principais norteadores, o aumento da cobertura de rede, aumento do atendimento e fomento na fiscalização, logicamente que é importante.

Próximos passos, atualização do plano municipal de saneamento básico, porque ele é de 2013, logicamente precisa ser atualizado. Como a Gilda falou, anteriormente, ele está bem feito, tem algumas coisas que precisam ser revistas, logicamente, e nós já estamos trabalhando nisso. Atualização e incremento do diagnóstico da situação dos córregos do município. O último que nós temos aí é um Agiotec de 2011, mas ele também pega só apenas uma parte da cachoeira, ele não pega toda a extensão da cachoeira. Solucionar pendências das atividades em fase de implementação. Pode passar. Que é aquilo que eu mostrei, isso aqui que está a implementação, temos que avançar, já estamos avançando com alguns licenciamentos. Iniciar o estudo para implementação da estação de tratamento secundário na área central, aquilo que eu acabei de falar da seção do Itaquanduba, do emissário. E buscar apoio financeiro para a execução das obras. Pode passar.

Outas ações pontuais, aumento do número de ligações da rede de esgoto, cerca de mil 500, foram falado aqui mil e 600, o número que nós temos é esse mil e 500, mil 500 e pouco. Ligações factíveis, realmente precisamos investir recursos e uma forma tarefa para poder ligar, isso aí com certeza vai nos ajudar bastante nas balneabilidades das nossas praias. Fiscalização do despejo regular de esgoto, execução de programas de despoluição, aquilo que eu falei no rio. E sistema de monitoramento de efluentes que vamos usar a verba da TPA assim que o Conselho Municipal de Meio Ambiente estiver ativo, nós vamos destinar a verba para fazer esses monitoramentos.

O que esperamos da audiência. Então para encerrar, dentro do prazo, passei um pouquinho, dar conhecimento das necessidades de saneamento básico do nosso município e a toda a comunidade. E dotação específica do Governo do Estado de São Paulo. As questões relacionadas com saneamento básico de Ilhabela, inclusive com a

agilização dos processos e licenciamento ambiental e outorgas cabíveis. Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nós agradecemos a participação de Mauro Oliveira Pinto, secretário de Meio Ambiente da prefeitura. Parabéns pelo trabalho que fez e apresentação, independente do pouco tempo que nós temos.

Como nós ouvimos muito falar de Sabesp, eu vou devolver a palavra ao diretor regional da Sabesp, Luiz Paulo, para que possa se pronunciar em relação ao que nós ouvimos.

O SR. LUIZ PAULO - Cumprimentar as autoridades presentes em nome do presidente da Mesa, deputado Tripoli. Gostaria de cumprimentar toda a população presente de Ilhabela e aqui do litoral norte.

Eu queria dizer que a colocação do presidente da Sabesp foi no sentido de que é possível antecipar o volume de investimentos para que a comunidade tenha uma universalização mais a curto prazo do que aquele que nós estamos propondo no nosso plano de investimento. A convergência que nós tivemos nos discursos aqui do promotor público, do prefeito municipal e também as colocações do secretário do meio ambiente, mostra uma situação única onde há possibilidade de participação não só da Sabesp no plano de investimento. Isso é extremamente positivo. A Sabesp ela conseguiu levar a universalização em 290 municípios do interior já. Portanto tem know how para universalizar. Cidades importantes como Franca, São José dos Campos com 700 mil habitantes, Presidente Prudente, Botucatu, todas hoje têm 100% de coleta, tratamento e abastecimento de água. Franca, inclusive é número um no trata Brasil.

E é óbvio que Ilhabela almeja isso e a concessionário Sabesp entende que nós temos que cumprir este plano de investimento. Agora, as condições de investimento e de valores para se investir no litoral tem uma situação muito diferente da situação do interior, o custo por conexão em função da urbanização, da topografia, do lençol freático e todas essas condições, leva a uma necessidade que faz com que nós não tenhamos equilíbrio econômico financeiro para fazer todos esses investimentos da ordem de 130 milhões em um prazo de quatro anos.

Mas a colocação do prefeito Márcio e a colocação do promotor público e do secretário, onde os investimentos podem ser compartilhados em função de abreviar a

universalização do saneamento, é uma coisa que nós vemos muito bem com ganhos efetivos aqui para a população da cidade. Então essa questão da solução técnica, do emissário e da ETI, eu acho que é algo que nós temos que conversar tecnicamente, ver qual é a melhor opção. Mas uma coisa nós queríamos deixar claro, a ampliação de coleta é fundamental. A questão da poluição difusa é fundamental. E a questão de utilizar infraestrutura já existe é fundamental. Hoje nós temos mil e 600 residências em Ilhabela que o serviço de saneamento é completo e não utilizam a infraestrutura, mostrando que a questão não é só investimento, a questão também é conscientização da prefeitura, da concessionária, da população, das organizações não governamentais, para fazer com que as pessoas utilizem o serviço de esgoto.

Nós temos cidades do interior de São Paulo com tratamento terciário que o rio não está completamente limpo. Terciário é você ter um efluente com essa qualidade aqui. Porque às vezes, lá mil pessoas também não conectam, então as coisas precisam andar juntas. O investimento precisa andar junto com a questão da conscientização da população e também a questão do combate ao lixo e a poluição difusa. Então nós estamos totalmente dispostos a fazer um plano de investimento aqui na Ilha que haja uma participação compartilhada entre a concessionária e o município com o objetivo, evidentemente, de antecipar a universalização do saneamento aqui na cidade.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito obrigado ao senhor diretor que acaba de se pronunciar. O deputado Estevão Galvão pede desculpa, tem que se retirar. Ele queria só deixar um abraço também par ao vice-presidente da câmara, o Anízio Antônio de Oliveira Filho, está presente, ao Marco Antônio Silva Batista, o Marquinho do DEM. E o Cleison Atalo Gomes que também é do DEM. Muito obrigado deputado Estevão Galvão.

Eu gostaria de abrir a inscrição para quem estiver presente, gostaria de fazer uma pergunta. Nós temos poucas pessoas que vão poder se pronunciar. Então eu deixo aqui a cargo da Regina, essa moça de azul. Quem quiser perguntar que possa dirigir à Regina e deixar o nome. Se for entidade civil organizada seria bom. Como é uma reunião de trabalho, se puder concentrar em poucas pessoas que têm conhecimento de causa, que possam fazer perguntas.

Enquanto nós pegamos a lista das pessoas que querem fazer uso da palavra e fazer perguntas às autoridades, eu vou passar... Nós estamos aqui, como vocês viram, perto de 15 deputados estaduais. Então dificilmente, imagine se nós fôssemos ouvir 15

deputados, cinco minutos cada um o tempo que levaria. Os deputados reunidos tiraram dois deputados para se pronunciar nesse momento em nome de todos os deputados. Então eu chamaria para usar a primeira palavra o nosso querido amigo e deputado Luiz Turco que é membro da Comissão de Meio Ambiente e é um dos deputados que irá falar em nome da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Obrigado, Tripoli. Bom dia a todos e a todas. Primeiramente quero também aqui fazer uma saudação especial, dia oito de março, dia internacional das mulheres, essas mulheres que há muitos anos já vêm lutando muito para ter seus direitos iguais. E estamos prestes aí, com esse atual governo, com essa reforma da previdência, prejudicar não só as mulheres, as mulheres serão as mais prejudicadas, mas a juventude principalmente. Aproveitando para cumprimentar aqui toda a juventude presente aqui que é de extrema importância a presença de vocês. Cumprimentar aqui todos os deputados, nossos presidentes, pessoal da Sabesp, diretor da Sabesp, Dr. Tadeu do Ministério Público.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Cumprimentar aqui todas as entidades presentes. Quero também cumprimentar o companheiro Ancelmo, o presidente do PT aqui de Ilhabela. E eu tinha uma série de questões para perguntar, mas na verdade 90% do que é perguntado já foi falado, tanto pelo secretário do Meio Ambiente, como também pelo prefeito, como pelo presidente da Sabesp. Mas eu quero colocar duas únicas questões aqui que pelo menos eu não percebi que foi tocado no assunto ou não foi aprofundado. Queria colocar aqui para o pessoal da Sabesp, prefeitura e da Secretaria do Meio Ambiente se tem resposta para isso.

É o seguinte, a unidade de conservação do estado, inclusive dos parques estaduais, tem graves problemas de conservação e fiscalização devido ao baixo efetivo de funcionários da fundação florestal, em especial dos guardas e parques aqui em Ilhabela. Queria saber se no parque estadual aqui de Ilhabela, primeiro, se o quadro está completo, quantos funcionários estão trabalhando efetivamente, quantos faltam e qual seria o efetivo ideal. Essa é uma questão que eu gostaria de colocar.

Uma outra questão para ser breve aqui também, porque acho que o mais importante aqui é ouvir a sociedade civil, mas por último, a expansão do porto de São Sebastião para operação de contêineres em grande escala tem merecido o repúdio generalizado aqui no litoral norte, em especial São Sebastião e Ilhabela. Devido aos

impactos negativos que irá ocasionar no meio ambiente, na paisagem, no turismo, sem trazer benefício correspondente para a região, queria saber da Secretaria do Meio Ambiente, também da Sabesp, da Cetesb, se o projeto continua em vigor, se tem prazo e quais são as medidas que estão sendo tomadas para mitigar os impactos. É só isso por enquanto, presidente.

Quero agradecer aqui a oportunidade de todos os presentes aqui. Agradecer a presença de todos também, que essa região aqui é uma região, particularmente, como já foi falado por todos aqui desde o início. É uma região privilegiada que nós temos aqui que superar as dificuldades, e o Ministério Público já teve a oportunidade de falar da importância que tem e que é possível resolver. Então acho que não basta só ter recurso, nós temos que ter vontade política para que as coisas aconteçam. Então a sociedade aqui de Ilhabela, São Sebastião, junto com o governado municipal, com o governo do estado, acho que tem essa tarifa de conseguirmos solucionar os problemas de Ilhabela aqui que é uma reserva extremamente importante para o nosso país. Um grande abraço, obrigado a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra ao seu secretário para responder, eu gostaria de pedir também para o Cássio Navarro, representante dos deputados que pudesse usar a palavra e colocar as suas perguntas.

O SR. CARLOS NAVARRO - PMDB - Já é boa tarde, mas gostaria de cumprimentar o Roberto Tripoli pela presidência dos trabalhos, Guilherme, nosso secretário municipal pela Sabesp. Promotor Tadeu, nosso comandante, todos os deputados aqui presentes. Neste dia também, parabenizar todas as mulheres.

Mas nesta reunião de trabalho, presidente, eu gostaria de alertar, não é fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Desculpa, eu gostaria de pedir silêncio a todos os participantes. Seria importante para que possamos ouvir o deputado. Muito obrigado.

O SR. CARLOS NAVARRO - PMDB - Eu gostaria nesse momento de trabalho, tirar um pouco a questão pessoal, partidária, política, eleitoral, mas falar de trabalho. Aqui no município de Ilhabela, já é uma matéria discutida há bastante tempo sobre

saneamento, sobre poluição. E assim como o secretário colocou que convive aqui na cidade já há bastante tempo, eu não tenho dúvida que a maior parte dos deputados que estiveram aqui presentes também tem a sua ligação com a Ilha. Mas, sem dúvida, muito mais por lazer, talvez, do que com trabalho que hoje aqui vem demonstrando.

Só que eu também tenho que deixar um alerta ao prefeito Márcio Tenório, ao Mauro, secretário, sobre a intenção deste trabalho para com o município. Porque aqui pude ver pessoas preocupadas. A Gilda mostrando aqui um grande conhecimento e responsabilidade sobre número, o Mauro colocando aqui a preocupação com orçamento. E eu digo que aqui muito foi-se dito que Ilhabela não tem problema, dá para se transformar na Flórida, porque tem os royalties. Um orçamento que dá para fazer tudo. Aí eu pergunto, será que é só o município que tem essa obrigação? Até porque, com todo o respeito ao Luiz Paulo, e ele me conhece, ele sabe das discussões que eu tenho com outros municípios onde a Sabesp quer assinar um contrato de prestação do serviço. Coloca-se até à disposição, se o município quiser assinar com outra empresa. E eu pergunto aos senhores e senhoras aqui, qual outra empresa tem o tamanho da Sabesp e conhecimento para atuar? Eu desconheço.

Então, praticamente ficamos aí quase que reféns com a Sabesp, que presta um grande serviço, sem dúvidas, mas alertar a prefeitura se atrasar o pagamento com eles, já está escrito no Cadin e aí esquece receber recursos de outros convênios, porque fica tudo bloqueado. Então esse é um excelente momento para que a comissão, que se faz aqui presente, ajude o município de Ilhabela, ajude sim trazendo aqui à Sabesp, mostrando que é possível sim, através de um contrato, colocar recursos, trazer investimentos. É importante sim que os deputados que vieram aqui, se fizeram presente, mostrem também o seu empenho para poder, junto ao estado, buscar também recursos e orçamento para que aí sim a prefeitura de Ilhabela, usando verbas, independente de onde venha, aqui muito foi dito sobre os royalties, mas que possa pegar também parte desse recurso e desenvolver um trabalho efetivamente de parceria de governos, governo municipal, governo do estado, empresa Sabesp. Que aí sim o secretário vai poder vir aqui, cobrar e multar como ele disse. Mas eu que sou do PMDB e sei que o prefeito também é do mesmo partido, temos também a possibilidade de buscar ajuda do governo federal, por que não? Sinto falta de deputado federal aqui também presente nesta audiência.

Mas não deixo uma pergunta aqui, deixo apenas esse alerta, para que daqui um ano possamos estar novamente aqui, mas aí sim, discutindo tudo aquilo que foi feito de

trabalho. Aí a população de Ilhabela estará contente pela presença maciça das autoridades aqui presentes. Só isso, presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Ainda bem que nós não convidamos deputados federais, que se convidasse não ia dar tempo de ninguém falar. Imagina, só os estaduais aqui têm, imagina se fosse os federais também. Eu queria lembrar que tem um carro Gol com a placa AWZ 5918, de Carapicuíba, que está atrapalhando a saída de automóveis aqui. E o Astra também, DMN 0830 de Ilhabela. Esses dois automóveis, que se puder retirar, agradecemos.

Eu já tenho algumas inscrições aqui. Eu vou seguir só para as pessoas já se posicionarem, eu vou passar primeiro à Secretaria de Meio Ambiente que vai fazer algumas respostas aos deputados. Em seguida eu vou chamar o Anásio de Oliveira, o André Mota, o Carlos Nunes e a Salete. E tem outros, só estou dizendo esses nomes para se preparar para usar a palavra. Eu passo a palavra então ao secretário de Meio Ambiente para discutir a questão que um deputado colocou dos navios e as falas dos outros deputados. Com a palavra o secretário de Meio Ambiente.

O SR. RICARDO SALLES - Bom, eu vou responder as questões aqui colocadas pelo deputado Celso Nascimento, o Luiz Turco e os demais colegas, assim como algumas ponderações feitas pelo deputado Cássio Navarro.

Em primeiro lugar, vou começar pelo tema mais amplo. Eu estive aqui em Ilhabela no carnaval, depois fui ao Rio de Janeiro, fiquei sexta, sábado e domingo. Sexta à noite, sábado e domingo lá. E nós estamos muito mal-acostumados à São Paulo. Nós estamos anos luz à frente de outros estados da federação. Graças a uma coisa chamada austeridade e a uma pessoa chamada Geraldo Alckmin. Geraldo Alckmin há 16 anos defende esse estado. E nós somos o único estado deste país que teve superávit nas suas contas no ano passado apesar da crise. O único estado deste país que paga todas as suas contas, salários e incumbências previdenciárias em dia. O único estado deste país que tem a maioria dos seus indicadores governamentais alinhados com o que há de melhor aqui neste país. Então isso tudo, não para fazer propaganda do governo, simplesmente para dizer o seguinte, tudo o que nós estamos discutindo aqui, tudo, precisa ser analisado sobre a ótica da austeridade, do equilíbrio econômico financeiro e da viabilidade das coisas, sob pena de fazer cortesia com o chapéu dos outros e nós quebrarmos o estado de São Paulo como o governo federal quebrou o Brasil.

Então quando nós fazemos uma análise de viabilidade e de qualquer assunto aqui, desde custeio de vigilância no parque estadual da Ilhabela por parte da Fundação Florestal que está subordinada a mim. Quanto a infraestrutura da Cetesb, investimentos da Sabesp ou qualquer outra coisa governamental, qualquer uma, é a mesma lógica dos nossos orçamentos de casa, você só assume o compromisso que você consegue pagar. Você só faz planejamento com aquilo que você consegue cumprir. E é graças a esse exemplo, eu tenho a honra de ter sido secretário particular do governador por dois anos e meio antes de ser secretário do Meio Ambiente. E eu posso dizer uma coisa para vocês, não tem outra fórmula que não a responsabilidade, a probidade e a austeridade no trato do dinheiro público.

O exemplo aqui da Ilhabela é um mini exemplo diante do Brasil. Nós estamos aqui diante de uma prefeitura de 20 milhões com não sei quantas mil pontes espalhadas pela cidade, troca o bloquete compra a casa da princesa, põe um monte de estátua de peixe de metal, cavalheiro de metal. E o saneamento, habitação, as coisas que são realmente importantes ficaram para trás. Então muito cuidado. E eu não estou dizendo aqui que nós não devemos nos esforçar sob a ótica estadual, muito pelo contrário. E não é por outra razão que eu fui ao Rio de Janeiro, comecei contando isso, e quando eu volto para São Paulo parece que eu estou em outro mundo. Então isso serve para lembrarmos que o que se planejar aqui, o que se trabalhar aqui nessa reunião, tem que ser sempre olhado sob a ótica da realidade e tudo mais.

Com relação a Fundação Florestal, Parque Estadual, nós temos uma vigilância que é prestada aqui, estamos mudando todo o sistema de vigilância de todas as unidades de conservação do estado, todas. Por quê? Porque custa 60 milhões de reais por ano pagar essa vigilância. E isso em um momento de queda de arrecadação, como nós temos tido, é um peso enorme. Então o que nós estamos fazendo? Mais coisas de melhor qualidade com menos recursos. Como é que você faz isso? Tecnologia e inteligência de gestão. Nós vamos ter que fazer mais coisas com menos recursos, isso é um fato. Não adianta discutir e dizer que não concorda, que gostaria de uma coisa diferente, é um fato. A economia brasileira, a capa do jornal ontem é isso, a pior recessão desde os anos 30.

Então não adianta criar uma situação que só existe no imaginária, lidar com a situação real. A situação real é, queda de 30% pelo segundo ano consecutivo do orçamento, de tudo. Então o que nós estamos fazendo? Adequando as vigilâncias, os sistemas de monitoramento para aquilo que é tecnologia e agregando uma funcionalidade melhor que está sentado aqui na ponta, que é o coronel Sardinha, o

comandante da Polícia Militar ambiental. Nós aprovamos a utilização das diárias especiais, ou seja, a polícia ambiental, através das diárias, a DEJEM vai fazer o papel que é dela, que é o de policiamento nos dias de folga dos seus policiais. Quer dizer, não tem nada melhor do que isso. Então é o bom emprego do recurso público, remunerando o policial militar ambiental para que ele faça o policiamento das unidades de conservação através das DEJEM Muito mais bem gasto o dinheiro desta forma do que com empresa de vigilância que coloca um coitado solto lá no meio do mato, cuja única função é abrir e fechar a cancela do caminho de Castelhanos.

Então o que nós precisamos aqui é ter objetividade, parar de criar cenários imaginários que não se coadunam com a realidade. Respondendo à questão do deputado Celso Nascimento, a respeito dos riscos ambientais aqui no canal, dos navios e tudo mais, a Cetesb está atenta a isso. Essa é uma questão que obedece também ao regramento federal. Então toda a vez que as competências municipal, estadual e federal se sobrepõem, a fiscalização acaba ficando mais complexa. Mas nem por isso a Cetesb deixa de fazer o monitoramento da qualidade da água, da balneabilidade das praias, enfim, de todo esse regramento. A questão de transporte marítimo, é uma questão de ordem federal e naquilo que tange a nós, nós estamos fazendo a nossa parte.

E em último lugar, responder aqui uma questão que foi colocada há pouco, a respeito do saneamento aqui da capacidade de investimento. O presidente da Sabesp que se retirou é, talvez, a maior autoridade no país, o Dr. Kelman, em matéria de água, coleta, saneamento e tudo mais. E ele vinha conosco, os deputados, enfim, o comandante coronel Sardinha e eu viemos conversando com ele no caminho a respeito do que fazer aqui na Ilhabela. A Sabesp, sobre a presidência do Kelman está absolutamente engajada em achar solução, mas nós temos que ajudá-lo. Então o estado, Secretaria de Meio Ambiente fará sua parte, já está fazendo. Prefeitura terá que fazer a dela. E, de novo, alguém precisa pagar essa conta. Se a prefeitura não der 10% dos seus royalties para fazer esse investimento dos 120, 150 milhões de reais, isso terá que ser cobrado na tarifa. Ponto. Não tem discussão. Então se nós não fizermos via tarifa, vamos fazer via royalties. Eu acho que para a cidade de Ilhabela, eu como frequentador de Ilhabela muitos anos, não vejo destino melhor para o recurso aqui dos royalties que não seja esse, saneamento, habitação, saúde e educação. Acabou. Não precisa fazer festival de nada, ponte de nada, não precisa fazer nada disso, nada. Vai fazer isso quando o básico estiver resolvido, e o básico não está resolvido.

Então a pressão popular e da imprensa local agora é para quê? Para que 10% dos royalties da prefeitura seja destinado a esse projeto anualmente, até o final da gestão. Com isso o assunto se resolve, o resto cuidamos nós que é obrigação do poder público. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Agradecemos mais uma vez a participação do secretário. E vamos as perguntas, então. Eu passo a palavra ao vereador de Ilhabela, o Sr. Anísio de Oliveira. Jovem Anísio de Oliveira.

O SR. ANÍSIO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. Para quem não me conhece sou Anísio, vereador de Ilhabela, bom dia Mesa. Parabéns pela iniciativa e por esta honra de estar discutindo esse trabalho aqui na nossa cidade.

Eu não vim fazer uma pergunta, só um apontamento e uma cobrança, como legislador e como morador. Peço para o Poder Executivo que crie uma comissão de acompanhamento dos trabalhos da Sabesp e da comissão, para que nós, moradores, saibamos o que está acontecendo periodicamente, porque muitos já vieram aqui, já discutiram saneamento básico, já discutimos a questão das nossas praias, mas a gente não vê o resultado, nós não vemos como é feito esse trabalho. Então eu peço que a prefeitura municipal, a Comissão do Meio Ambiente, junto com a sociedade organizada, o Poder Legislativo, crie uma comissão acompanhando os trabalhos e que saiamos daqui com uma data já marcada para voltar a discutir esse trabalho. Que seja no final do ano ou que seja no início do próximo ano, no máximo.

Essa é uma questão séria, já era para ser discutida e hoje nós não podemos sair daqui só com discursos bonitos, temos que sair daqui com números datas e resultados. Então peço que criemos uma comissão, acompanhe e no final do ano já saia com uma data marcada para no final do ano já ter esses número e poder discutir. Está na hora de trabalharmos, como o deputado Navarro falou e o Dr. Badaró, está na hora de trabalharmos. Então precisamos executar. Ilhabela não pode mais esperar. Então eu peço que saiamos daqui com uma data, a comissão estipular essa data e que crie essa comissão de acompanhamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Anísio, eu vou ter que responder, porque isso eu acho que cabe a nós legisladores. Quer dizer, nós da Comissão de Meio Ambiente e de estado chamamos todos os atores para discutir

aqui com vocês e com a sociedade civil como resolver. Então estamos aqui para resolver.

E eu no início, na abertura dos trabalhos já disse que daqui um ano temos que voltar aqui e discutir tudo o que foi... Nós temos também, Anísio, um departamento na Assembleia Legislativa que chama-se NAE. O NAE é um departamento de investigação que está nos acompanhando, as pessoas que estão aqui. Nós estamos gravando todo esse evento pela TV Assembleia, que está sendo gravado, vai passar para a taquigrafia. Então nós vamos ter em um material escrito, dizendo o que cada um disse e vamos cobrar de cada um. Quer dizer, eu acho que quem fiscaliza o Poder Executivo é o Poder Legislativo. Então cabe a vocês vereadores e nós deputados cobrar do executivo tudo o que foi dito aqui.

Mas a Comissão de Meio Ambiente está à sua disposição. Todas as terças-feiras às duas da tarde nós nos reunimos. E o intuito da comissão é o mesmo que o seu e a Câmara Municipal aqui da região. Muito obrigado pela sua participação.

Eu chamo então o Sr. André Mota, que é... Desculpe, acho que passei na frente aqui. Qual é o segundo? É o André? É o Carlos Nunes, Instituto Ilhabela Sustentável. Por favor.

O SR. CARLOS NUNES - Bom dia, não almocei ainda então é bom dia. Eu acho que praticamente não tem perguntas, tudo o que foi colocado aqui, as falas de todas as autoridades foram direto ao ponto.

Só tenho uma exceção que é relacionada com presidente da Sabesp, que é a construção da estação de tratamento que pode ser, talvez, não tão necessária agora, como ele disse, nós concordamos frontalmente. E eu quero perguntar para a plateia, não precisa responder: se alguém aqui pode descumprir algum artigo do plano diretor. Todo mundo conhece, o plano diretor só tem uma lei maior, que é a lei orgânica. E o nosso artigo 50, do nosso plano diretor disse que não pode lançar efluente ao mar sem tratamento secundário. Então que me conste, uma estação de pré condicionamento não é nem tratamento primário. E gostaríamos muito de ter a terciário, que o senhor mostrou a água aí, mas não estamos nem tão exigentes, nós só queremos a secundária, com 80%, 90% de remoção de DBO.

E eu acho que o mais importante aqui agora, isto colocado, a Sabesp hoje, para mim, está descumprindo a lei. Ela devia já ser processada imediatamente por não cumprir a lei. Então não está em discussão. Mas, felizmente, temos um pacto, sociedade

civil, governo municipal e dinheiro, que esse dinheiro também, antes desse prefeito entrar, quando ele colocou no plano de governo dele, nós olhamos que não tinha orçamento na LDO desse ano. Nós fomos à câmara, enchemos quase com esse volume aqui, fizemos uma pressão, e foi colocado lá 27 milhões. Desculpa, tem mais, tem 25 milhões para ETE e tem mais quatro milhões para as comunidades tradicionais. Então nós chegamos exatamente, o secretário de meio ambiente acertou na mosca. Nós precisamos apenas de 10% dos nossos royalties durante quatro anos para sair com os problemas resolvidos. 30 vezes quatro dá 120. Eu tenho certeza absoluta que a Sabesp colocaria mais 30 em quatro anos. Então em quatro anos nós teríamos 150 milhões e nossos problemas de saneamento resolvidos.

Então faço um pedido aqui, nós temos aqui sete vereadores dos nove na nossa câmara. Inclusive a presidente Nanci, vamos colocar uma lei que é obrigatório destinar 10% dos royalties em saneamento até que a gente atinja a universalização, 100%. E 100% não é do trecho urbano, tem as comunidades tradicionais. E depois dos faróis Ponta das Canas e Ponta da Cela, também é Ilhabela. Nem consta isso no plano diretor da Sabesp. Então para resumir, eu acho que temos que sair daqui com uma lista de compromissos que vamos chamar de Carta Ilhabela, que é 10% dos royalties aplicados no saneamento, a assinatura do contrato, a estação de tratamento que não está em discussão. E por favor, Cetesb, tem que licenciar rápido, não é para um ano de licenciamento, é toda a cidade, inclusive as comunidades. O Tac do Araçá que nós temos um problema, herdamos também o esgoto do Araçá.

Aí um pedido para o Cetesb, por favor, se você licencia uma emissão de efluente de uma praia, você tem que botar uma fiscalização. Aqui nós temos um condomínio que solta efluente e nós não temos lá a bandeira. Que o DAEE fiscalize todos os pontos de outorgas. E aí um pedido para a nossa prefeitura, que nenhuma rua seja pavimentada ou re pavimentada, que não tenha já previamente a rede de água e esgoto. Esses são os pontos que eu acho que tem que constar em uma carta de compromisso que tem que sair daqui hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Isso depois quem vai resolver é a Sabesp e também o Ministério Público tem uma posição em relação. Vamos ouvir de três de três para facilitar. Gostaria de ouvir a protetora de animais, Salete e vereadora da cidade. Por favor, vereadora, pode falar.

A SRA. SALETE - Só queria falar para o Carlos que eu fortaleço toda a fala dele, realmente, de ser destinado 10% dos royalties para saneamento básico. E outra coisa que eu venho colocar é sobre o apontamento, que eu acho muito importante, que me incomoda muito e acho que incomoda todos, o crescimento desordenado que nós temos, que são anos. E não é nessa política agora. E que todos têm culpa, toda a política sempre tem culpa porque todos foram envolvidos e nós chegamos com 15 núcleo de favelização.

Ontem nós tivemos uma situação extremamente chata na câmara, onde eu saí muito chateada, com o Green Park, que é uma área de invasão, e que hoje a empresa empreendedora, a Topiza conseguiu a reintegração daquela área e aquela população corre o risco de perder as suas moradias. Mas não é um discurso social não, porque fica esse discurso social que eu também detesto, mas é o seguinte, eu espero, porque parece que a prefeitura tem 14 milhões e pode comprar aquela área para dar essa área, criar uma política de habitação. Espero sim que resolva o problema da Topiza e seus associados, que alguns eu acho que são até moradores de Ilhabela, realmente resolva o problema da Topiza e que realmente faça um trabalho de um plano habitacional e revitalização reurbanização daquela área, que é terrivelmente triste a realidade daquela gente, e muita invasão de área de APP.

Como disse o secretário, que também todos tenham essa consciência, seja o Legislativo, seja o Executivo, porque gira. Nós a todo momento temos o núcleo de crescimento desordenado. Eu gostaria um dia que vocês viessem com mais calma e conhecesse a nossa cidade lá. É muito importante. Porque saneamento básico sim, é fundamental tudo isso que nós falamos, mas tem que caminhar junto com a reurbanização e revitalização desses bairros. A regularização fundiária. Precisamos sim de muitos mais fiscais que nós não temos.

Um pedido que eu também faria seria da Polícia Ambiental. Iria inibir muito os problemas ambientais que nós temos aqui, tanto com os animais, quanto com a nossa flora e com o crescimento desordenado também. Então isso é uma atenção importantíssima porque nem morador de Ilhabela sabe o que a gente encontra por aí. Quando eu falo para as pessoas: “nossa, o buraco fundo, o fura fura, a coroa do camarão”, lá perto de nós também, no sul, ao lado esquerdo, em frente ao condomínio São Matias, está começando ali. Nós já temos um assentamento que o prefeito não gostava que eu falava que era um assentamento, no bexiga, que ali gerou muitos votos. São verdadeiros currais eleitorais.

Quando eu falo que vereador, executivo também, são verdadeiros despachantes do caos nessa cidade. Como em várias. É muito triste. Porque depois, esses mesmos vêm com esse discurso social que eu volto a falar novamente, que eu odeio. Passa a mão na cabeça, ninguém paga nada, ninguém faz nada. Não é isso, é responsabilidade para todos. Se eu pago o meu imposto, se eu não posso construir de forma errada, porque fulano entrou? Quando você sabe que tem advogados envolvidos, tem vereadores envolvidos e nós somos ameaçados de morte. Além de tudo, quando falamos, somos ameaçados de morte, sabe? Eu tenho 65 anos, não me preocupo não porque nem penso em reeleição também. Eu penso o seguinte, que eu estou aqui para fazer o meu papel.

E fora, a Salete salva animais, se preocupa, porque também está totalmente ligado. Essas áreas também nós encontramos muita caça, muito tráfico de passarinho, deputado. Quando eu falo que nós precisamos urgentemente... Se vocês veem, secretário, que isso não é a primeira vez que eu peço, que nós precisamos de uma polícia ambiental aqui dentro. Não é caro. É fundamental. Nós só vamos conseguir mostrar e a cidade, porque aqui é insuflado, venha, venha a gente de lugar, venha o morro dos mineiros. Prefeitos passados insuflaram para termos aquilo.

Ontem, aquela situação que nós tivemos no Green Park, eu gostaria que todos que participaram e que tenha o nome deles nas ruas, tivessem lá para resolver a situação. Vamos lá resolver junto, foram vocês também. Não é só nessa gestão, tem gente também nessa gestão que está envolvida em tudo isso, como em outras gestões. O prefeito anterior não fez, não fez mesmo e é uma coisa que eu sempre critiquei, tinha dinheiro, mas não tem coragem. Porque você tem na câmara, ou seja aonde for, você precisa do apoio. E ali são currais eleitorais. Então eu não quero demolição, senhores, eu não quero que Green Park seja demolido.

Eu quero sim que eles tenham lugares decentes, os lugares que estiverem errados que sejam transferidos para locais com casas decentes, mas que também não passe a mão na cabeça de ninguém. Nós precisamos disso. E a Polícia Ambiental, deputado, é fundamental. Porque senão nós temos caça, nós temos tráfico de passarinhos que ninguém imagina que tem. Ninguém, mas nós temos.

E quando eu falo, e outras gestões ficavam bravas comigo, o Haiti está aqui. Eu conheço essa cidade como a palma da minha mão, você entende? Aonde em qualquer lugar eu fui buscar um bicho, seja maus tratos. E nós precisamos sim da Polícia Ambiental, porque hoje, quem faz trabalho de maus tratos sou eu e Dra. Olga, que nem está fazendo mais porque também não sabe qual vai ser a função dela. Você entende?

Que tem coragem. E nós enfrentamos isso aí, esse tipo de gente que ninguém dá respaldo para nós. Nós enfrentamos gente com arma, querendo nos matar. E eu falo isso várias e várias vezes, mas nós não temos nem sociedade civil, nem o poder público, seja o que for, que nos defenda e que nos ajude. É uma realidade.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Salete.

A SRA. SALETE - Maus tratos, tráfico, caça e crescimento desordenado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nós que agradecemos. Para quem não conhecia, essa é a vereadora Salete, para quem não conhecia. Eu queria só lembrar, Salete, que eu já conversei com o comandante e com o secretário de Meio Ambiente a respeito de caça e a questão do parque, que é uma agenda paralela. Se formos discutir agora essa questão, nós vamos passar muito tempo. Nós já discutimos com o comandante, que estão colocando o java porco aqui para caçar. Sabe? Nós temos a questão dos animais domésticos que o meu irmão, deputado, tem trabalhado com a Salete há muito tempo. Então nós faremos uma pauta separada a respeito do tema.

Mas a questão fundiária é muito importante. A questão fundiária a Salete foi a primeira a colocar aqui. Nós temos aqui várias invasões, nós temos aqui problemas sérios. É por isso que eu vou passar a palavra. Primeiramente, nós temos a Sabesp para responder, mas eu vou passar ao Ministério Público que tem uma posição em relação ao porto e também em relação ao que foi colocado aqui, eu acho que o ministério tem que responder. Porque é a questão da invasão, porque o político local não pode fazer porque tem alguma ligação, enfim, acho que cabe a nós, tanto o Ministério Público, Poder Judiciário, enfim, tomar providência. Porque senão vai virar um favelão, de fato, e aí ninguém segura mais. Quer dizer, se não cuidar...

Eu conversei, Salete, com o ministro Gilberto Kassab. Salete, você está prestando atenção ou não?

A SRA. SALETE - Estou sim.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Que bom. Eu conversei com o ministro Gilberto Kassab que é ministro das Cidades, a respeito dessas pessoas

que moram nesse local. Quer dizer, eles moram nesse local porque não tem onde morar, não vamos chamar de invasor, são pessoas que não tem condições financeiras. E o ministro, não o Gilberto Kassab, o Bruno, que é ministro das Cidades, nas cidades têm recursos para essa questão. Eu gostaria de fazer um contato com a Salete com o ministro Bruno das cidades para ver essa questão, é habitação. Então habitação tem recursos, tem projetos, tem programa e aí contaria com o senhor prefeito, é claro, fazer uma agenda com o ministro das Cidades para poder colaborar com V. Exa. e essa demanda em uma agenda paralela. Então a questão fundiária e a questão e proteção animal, vamos fazer.

Já conversei com a gestora do parque, que está aqui presente, em relação a caça, é um tema que vai demandar muito tempo do dia de hoje. Então vamos voltar ao nosso tempo. E eu passo primeiro a palavra à Sabesp, que foi longamente, as três pessoas que usaram a palavra falaram da Sabesp. Em seguida ao Ministério Público, em um curto tempo para falar a respeito do porto e a respeito das invasões aqui na Ilhabela. Com a palavra então.

O SR. JERSON KELMAN - Essa citação em relação a estação de tratamento de esgoto, eu acho que a colocação do presidente não foi bem da forma que foi colocado. Ele não disse que é contra, a posição da Sabesp não é contra. Ele disse - o presidente da Sabesp - que todo o investimento gera consequência tarifária.

O secretário do Meio Ambiente colocou uma coisa aqui que existe a questão da hierarquia dos investimentos, os royalties podem ser utilizados para show, para estátua, para prédio, mas segundo as palavras dele, prioritariamente deveria ser educação, saúde e habitação. Dentro do saneamento nós defendemos a mesma coisa, há necessidade de uma hierarquia dos investimentos, porque o investimento gera mais benefício que outro. Então protegendo o bolso das pessoas, protegendo o bolso da pessoa que paga... Porque a Sabesp, como colocou o presidente aqui, só tem uma fonte de entrada de recurso, são as pessoas que pagam a conta de água e esgoto. Muitas vezes as pessoas acham que a Sabesp é uma autarquia que o estado bota dinheiro. Não, o estado é o acionista majoritário e quando a Sabesp dá lucro ela paga os dividendos legais que tem de pagar ao estado, é ao contrário, porque o estado é o acionista majoritário.

Então respeitando o bolso das pessoas, respeitando o interesse do contribuinte, nós temos que seguir aquela hierarquia que falou o secretário. Então o que dá mais benefício aqui hoje? Mais benefício é aproveitar a infraestrutura que está feito. Então mil e 600 famílias tem o esgoto a sua porta, não só a sua porta, como tem o ramal na

testada do seu imóvel, é só conectar. Não existe melhor relação custo benefício. Então isso é o que primeiro tem que ser feito para despolir as praias da Ilhabela.

O que representa o que estou falando? Quantas pessoas tem aqui no carnaval em uma residência? Oito pessoas? Quer dizer, geram uma tonelada de esgoto por residência. Mil e 600, mil e 600 toneladas. Dá para poluir uma praia? Não, não dá para poluir uma praia, dá para poluir 20 praias, dá para poluir o lago do Ibirapuera, dá para poluir o Guarapiranga em São Paulo, essa quantidade de esgoto. Estou falando de mil e 600 toneladas de esgoto na temporada. Então essa é a hierarquia número um.

Qual é o segundo investimento que dá mais benefício? No nosso entendimento, nós temos que respeitar o plano municipal de saneamento. Mas o segundo investimento que dá mais retorno é fazer coleta. Porque nós temos aqui cerca de oito mil residências para as quais nós temos que levar o sistema de coleta. E temos que enfrentar a posição urbana. Porque muitas casas, nós sabemos, estão em cima dos canais, está em cima do córrego. Soleira negativa, nós temos 600 casas na cidade também que tem o esgoto à sua porta e ela tem soleira negativa. Vai precisar de uma participação municipal, da Sabesp, ou estadual, no sentido de nós resolvermos esse problema, que é colocar a bomba nas soleiras negativas e também aproveitar uma estrutura já feita.

A ETE não gera nenhum benefício? Olha, ela gera benefício, mas os 40 milhões ele não está nessa hierarquia de investimento. Agora nós temos que saber, seja dinheiro dos royalties, seja dinheiro tarifária, ela gera um impacto, porque esse dinheiro é dinheiro do contribuinte. Então nós temos que decidir a hierarquia dos investimentos como foi colocado aqui, educação, saúde, habitação, do saneamento idem. Então a Sabesp, evidentemente, não quer impor uma solução, mas eu quero dizer que nós também estamos em uma solução de ilegalidade. A resolução Conama, 430, reza que a solução de emissário com remoção de 20% dos sólidos é uma solução legal, está na resolução 430. Nós seguimos. Não, não, eu estou dizendo, nós temos que discutir, temos que fazer um pacto, saber que tudo gera impactos tarifários. Mas eu estou dizendo que a resolução 430, que é a resolução nacional, prevê 20% de remoção.

Segundo ponto, países desenvolvidos como Reino Unido adota essa solução. Austrália adota essa solução, Portugal adota essa solução, Coreia do Sul adota essa solução, tratamentos preliminares seguidos de emissário. Não queremos impor, a Sabesp não quer, ela vai discutir. Foi colocado aqui, colocar uma comissão. A comissão não há como aprovar uma lei municipal de saneamento e como aprovar um contrato de programa sem discutir com o prefeito e com a câmara. Isso, por lei, é obrigatório, nós

faremos. Então a Sabesp não está aqui para impor solução, mas está aqui para dizer com seu know how de 42 anos de operação, aquilo que ela entende o que é melhor para defesa dos interesses do saneamento, da população e do contribuinte.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu agradeço. Eu vou passar ao promotor, que rapidamente irá se pronunciar. Mas eu queria que se preparasse para usar a palavra a Maria Inês Ferreira que é do Instituto Ilhabela Sustentável, o Marco Janeiro, empresário e arquiteto e o Luis Paladino, que é o Luisinho, vereador da Ilhabela. São os três próximos que vão usar a palavra. Eu estou usando a ficha da forma como eu acho melhor. Com a palavra então, seu promotor.

O SR. TADEU SALGADO- Bom, eu pedi a palavra para esclarecer duas questões que foram colocadas pelo deputado Luiz Turco, desculpe, em relação ao porto de São Sebastião e a questão da fiscalização. A questão do porto de São Sebastião, deputado, o procedimento de licenciamento está interrompido em função de uma decisão judicial da Justiça Federal de Caraguatatuba, posteriormente confirmada pelo Tribunal Regional Federal a partir de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e em lícito consórcio com o Ministério Público Federal.

São dois os fundamentos principais dessa ação. Uma diz respeito aos impactos diretos da ampliação portuária que, na forma como foi projetada atinge o manguezal do araçá que de acordo com o código florestal só pode ser impacto em função de obras de regularização fundiária de interesse social, que não é o caso. E há um segundo fundamento que diz respeito exatamente a falta de infraestrutura da região para acomodar o crescimento populacional que é induzido a partir desses projetos, sejam aqueles relacionados ao Pré-Sal, seja esse projeto da Secretaria de Transportes do Governo do Estado de aprimoramento da logística de transportes da região.

Basicamente a Secretaria de Transportes identificou a região do litoral norte como uma região importante para acomodar uma logística de transporte que vai atender o interesse da indústria automobilística, indústria do vidro, do Vale do Paraíba, grande São Paulo e macrorregião de Campinas. E aí projetou essa logística de transportes a partir da construção da duplicação da Tamoios, da construção de anais dos contornos e da ampliação portuária em uma dimensão bastante significativa. Evidentemente que um projeto desse tamanho prova alterações na dinâmica sócio econômica da região, até

pouco tempo marcada exclusivamente pela questão do turismo, e agora impulsionada por essa vocação de logística de transporte e do setor energético.

Não por outra razão, o município, as taxas de crescimento populacional dos municípios do litoral norte são mais do que o dobro do que a média do estado. Então quando a gente fala do problema, por exemplo, das invasões, isso está diretamente relacionado com essa política estadual da Secretaria de Transportes, que enxerga na região um problema para a questão econômica do Vale do Paraíba, mas não vem acompanhada com as políticas públicas necessárias para acomodar esse crescimento populacional. Então nós temos problemas muito sérios no que diz respeito a questão do abastecimento de água. Porque a projeção é que Ilhabela consegue abastecer algo em torno de 40 mil pessoas e a projeção de crescimento é muito acima disso. Há um problema no que diz respeito ao saneamento básico, pois o acréscimo populacional pressiona ainda mais o (ininteligível) de atendimento nessa questão. E há um problema muito grave no que diz respeito à disponibilidade de áreas para loteamentos regulares. É uma região que é marada por poucas planícies e basicamente morro, áreas de risco, áreas de risco geológico, área de risco de inundação, nós acompanhamos essa discussão do saneamento econômico ecológico. Não tem para onde crescer, essa é uma dificuldade muito grande.

Então um dos fundamentos da ação é que o estado primeiro apresente soluções para esses problemas para depois avançar no seu projeto de ampliação portuária. Como isso não apareceu até agora, a ampliação portuária continua parada. E no que diz respeito a fiscalização, eu acho que o problema também passa por uma falta de estrutura para combater as questões das invasões, além desse crescimento populacional. O secretário disse que costuma ter embates com o Ministério Público e hoje seria uma exceção. Como essa questão foi levantada, eu acho que não vai ser.

Eu discordo da colocação do secretário no sentido de que a questão ambiental tem sido uma preocupação do governador Geraldo Alckmin. Só um minuto. Vou concluir. Eu entendo a preocupação pela austeridade fiscal, eu entendo a preocupação pela inclusão de ferramentas tecnológicas no auxílio da fiscalização, mas você não pode dotar os órgãos ambientes, você não pode desprover os órgãos ambientar de uma estrutura mínima para que eles possam funcionar. O núcleo, por exemplo, de Picinguaba, ele tinha 40 funcionários em 2012, hoje ele tem 15. O DAEE, que é o órgão responsável pela questão da capitação de água, ele tem um funcionário para atender todo o litoral norte. Veja a importância desse órgão, ele tem que autorizar a captação de

água e depois ele tem que fiscalizar se a água está sendo captada na volumetria permitida.

Os senhores, por favor, gostariam que eu prosseguisse até o encerramento? Só um instante, deputado. Dois minutos, perfeito. O senhor me deixa dois minutos para concluir?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Gente, um minuto por favor. Um minuto por favor. O que acontece aqui é o seguinte, nós temos tempo a cumprir. Então eu... Olha, vocês vão me desculpar, o promotor vai concluir a fala dele. Mas eu não tenho campainha, não tenho como avisar. O secretário está saindo, outros vão sair, eu peço desculpas. Mas é um problema... Eu tenho que ouvir a sociedade civil que está aqui presente também gente. E o que estávamos discutindo... Não precisa gritar, no grito ninguém vai ganhar nada, no grito não. Ele vai falar. Eu só queria que vocês compreendessem que é uma reunião para resolver. Nós precisamos ouvir outras pessoas aqui presentes também. Então eu pediria que ele concluísse para ouvirmos as outras pessoas. É uma questão de respeito, não é uma questão... Quem convidou o promotor fui eu. Eu estou contente que ele está aqui. Eu vou deixar. Mas tem que compreender que os outros também vão falar.

Eu sei, vocês podem, mas tem muita gente que precisa ir embora. Está bom. Então eu peço para o senhor concluir, depois eu passo para o secretário.

O SR. TADEU SALGADO - Então é basicamente isso. Na verdade, o que me incomoda é quando se ouve discurso de que as esferas governamentais estão preocupadas com a questão do meio ambiente. A questão do meio ambiente é muito mais profunda do que podemos imaginar. Ela diz respeito a forma como nós exploramos nossos recursos naturais, ela diz respeito a prioridade que nós concedemos a essas pastas nas secretarias, tanto no que diz respeito a escolha dos ocupantes como no que diz respeito a dotação orçamentária. Ela diz respeito a forma como nós... O sistema de consumo, o grau de consumo que nós temos. Isso mereceria mudanças profundas que não me parece que nenhuma esfera governamental no Brasil parece ter compreendido, nem em âmbito estadual, nem em âmbito federal, nem na atual gestão, nem na gestão que precedeu esse governo federal atual.

Então é só nesse sentido que eu queria dizer, nós temos que caminhar muito mais do que nós temos feito até hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Dando sequência. Olha, nós estamos aqui procurando ser democráticos. Nós ouvimos aqui o Poder Executivo, o Legislativo, vereadores, diretores das autarquias. Eu estou procurando fazer o melhor possível. Agora todo mundo tem que saber que não é só o Ministério Público, tem o executivo. Todos têm aqui, todos aqui são autoridades, todos aqui são pessoas importantes para esse processo. Nós viemos aqui para colaborar, para ajudar. Então eu vou passar a palavra ao secretário porque ele vai ter que sair e ele vai fazer o pronunciamento, sai, mas com certeza a assessoria dele, a Cetesb, aos órgãos relacionados à secretaria vão ficar mais um pouco. Então eu passo ao secretário e depois vamos seguir a sequência das pessoas que se inscreveram.

O SR. RICARDO SALLES - Eu queria começar a responder a respeito da questão orçamentária. Me causa espanto, para não dizer indignação, ouvir do Ministério Público uma crítica sobre o orçamento da Secretaria do Meio Ambiente, quando o Ministério Público consome com o salário dos seus procuradores e promotores as férias de 60 dias por anos e todas as mordomias, carro, motorista, tudo o que vocês têm, seis vezes mais do que o orçamento da minha secretaria. Então acho uma vergonha o Ministério Público vir com essa conversa para a Secretaria do Meio Ambiente. Vocês ganham os maiores salários de funcionário público do Brasil e vem falar da Secretaria do Meio Ambiente? Isso é ridículo.

Em segundo lugar, a Secretaria do Meio Ambiente tem o orçamento proporcional a arrecadação do estado. Infelizmente, nós somos obrigados a manter uma rigidez orçamentária, com proporcionalidade com a arrecadação que o estado tem no ICMS, que aliás, caiu muito. Nós estamos sendo obrigados a fazer na Secretaria do Meio Ambiente, milagre com o pouco recurso que nós temos. E o pouco recurso que nós temos, aliás, está sendo usado para cumprir um monte de demagogia que o Ministério Público impõe à Secretaria do Meio Ambiente sem se quer ter corpo técnico para isso.

O CAECs que é o órgão de apoio técnico do Ministério Público está cheio de egresso de funcionário que participou da Secretaria do Meio Ambiente e que saiu de lá por incompetência e hoje fazem coisas para retaliar a Secretaria do Meio Ambiente, por pura demagogia. Então, nós estamos enfrentando no Governo do Estado de São Paulo inversas frentes. É preciso dizer o português bem claro. Cada vez que alguém aqui perder o emprego ou não conseguir desenvolver uma determinada atividade econômica

e tiver lá na origem do problema uma demagogia causada pelo Ministério Público, vai se lembrar dessa discussão.

Então o papel do administrador público é sobrepesar o que você tem de orçamento, o que tem de necessidade e o que há de possibilidade. Não adianta criar uma solução que só existe no conto da fantasia, no Alice no País das Maravilhas, nós aqui lidamos com o mundo real. Não adianta ir lá pedir para o juiz liminar para fazer coisas que vocês imaginam corretas e não tem ninguém para pagar a conta. Porque quem paga a conta é a sociedade.

E o Ministério Público, você vai me desculpar, Dr. Tadeu, não tem mais legitimidade que o governo para escolher o que se faz com o dinheiro público, por uma razão muito simples, enquanto cada promotor passa em um concurso e nunca mais, o governo e o governador, tiveram 30 milhões de votos. 30 milhões de votos. Então não é um concurso para promotor que dá ao promotor nem ao juiz mais legitimidade para decidir o que é correto ou o que não é para nossa sociedade. Então vamos bem devagar com essa discussão, porque o Governo do Estado de São Paulo é muito responsável sim.

E eu vou dizer uma outra coisa para vocês, sabe quanto a Fundação Florestal gastou para fazer consultoria de plano de manejo nos últimos três anos? Com essa turma politicamente correta que acha que defende o mundo e sabe tudo? 18 milhões de reais. Isso daí dava para fazer todas as vigilâncias de todos os parques no ano de 2016. Sabe onde foi parar? No bolso de meia dúzia de ONG que presta consultoria para a secretaria. Então vamos muito devagar com o dinheiro público porque a coisa não é assim.

E nós temos muita responsabilidade nessa secretaria. E eu não tenho vergonha nenhuma de dizer isso, que não tenho o rabo preso com ninguém. E não vai ser o Ministério Público que vai ditar os rumos da secretaria. Nós somos lá representantes do governo do estado, cujo o governador do estado foi eleito pela população, por 58% dos paulistas para escolher que rumo tomar. E se nós não fazemos mais, ou não fazemos diferente, é porque nós temos limitações na secretaria de estado, limitações de ordem financeira que, aliás, o Ministério Público não tem, porque todo o ano pede suplementação orçamentária. Então não é assim.

Vocês devem ser vendedores de consultoria também, por isso estão todos bravos. Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Agradecer as palavras do secretário Ricardo Salles, que deixa agora este momento. Silêncio. Silêncio, por favor.

Eu gostaria de chamar a Sra. Maria Inês Ferreira do Instituto Ilhabela Convention Edition Bureau Instituto Ilhabela Sustentável. Dona Maria Inês. Pediria à plateia um pouquinho de silêncio só para que ela pudesse fazer a pergunta, usar dentro de um espaço curto de tempo. Com a palavra, senhora Dra. Maria Inês.

A SRA. MARIA INÊS FERREIRA - Ok, obrigada. Democracia é isso, gente. Perdi um pouco a fala. Respirar fundo e vamos lá. Eu gostaria só de colocar para o representante da Sabesp, que ele diz que o gradeamento é permitido e é uma solução legal. Aqui na Ilha não é legal como o Carlos Nunes colocou. Então para nós, já estamos ilegais, e gostaríamos, realmente, que trouxéssemos uma solução para isso, porque eu represento, principalmente, interesses econômicos aqui que seriam através do Ilhabela Convention Bureau Nós vivemos de turismo e turismo é a nossa única indústria.

Você mandar um hóspede para uma praia, principalmente essa praia ontem tem o emissário, é muito constrangedor. Principalmente, não sei se os nossos praticantes de esportes aqui terão fala, mas nós vamos fazer canoagem de manhã, eles saem seis, seis e meia, eu não sei o que acontece, desculpa a palavra, mas o cocô flutua. É cocô mesmo, não é areia, não é diluído, é físico. Você pega com uma peneira. Então aquele emissário... Obrigada. A minha pousada fica ali do lado estou lá há 33 anos. A minha pousada é a pousada do capitão. O problema que nós estamos sentindo ali é grave, por quê? Além disso, nós temos transbordamento. Houve um transbordamento no meio de janeiro que ficou vergonhoso, e saiu a noite, corria na rua aquele cocô. Era cocô mesmo. Então não sei o que fazem de madrugada que soltam para dar algum tipo de alívio no sistema, eu não entendo do sistema. Então nós precisamos sim de uma ETE.

Essa população que está aqui se mobilizou em uma audiência anterior onde nós conseguimos 25 milhões para essa ETE e mais quatro milhões para as comunidades. Esse dinheiro ele já está na dotação desse ano. Então não tem porque não construirmos essa ETE, não tem porquê. Agora nós temos problemas sim. Nós precisamos do projeto, projeto de execução. Nós precisamos que esse projeto de execução seja feito. Eu pediria ao Aluísio que marcássemos essa comissão agora para agosto, se possível. Que até agosto marcássemos uma data na carta de intenções do Carlos, que pudéssemos estar nos comprometendo até agosto, de estar analisando tecnicamente com a Gilda quem mais pudesse estar se comprometendo da sociedade civil para ver os projetos, projeto de execução. Eu acho que não podemos jogar isso no “Hora Veja” e nem confiar que isso

vai ter uma solução. Vamos marcar uma data, vamos ter um compromisso, vamos ter uma meta. E que pudéssemos ter... O secretário lamentavelmente não está aqui, mas ele disse que ele poderia estar influenciando no licenciamento desse projeto que, através da Cetesb nós conseguimos resolver isso o mais rápido possível.

Tem também, acredito que seria com o senhor, existe um pagamento de serviços ambientais que é a PSA, que a Sabesp recolhe dentro do parque estadual a água que ela serve para nós. Eu gostaria de saber se o Dr. Tadeu pode colocar isso, se o senhor também pode confirmar isso, se já a Sabesp faz esse repasse para o município. Ou para o parque, eu acho que talvez seja para o parque. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu gostaria de chamar o Sr. Marcos Janeiro, empresário e arquiteto para que pudesse fazer uso da palavra.

O SR. MARCOS JANEIRO - Oi, boa tarde. Na verdade, a principal pergunta, o vereador tirou que era em criar realmente uma comissão para sabermos o andamento dessa viabilidade técnica que até agora, pelo jeito, tem vontade política, tem dinheiro, não precisava nem esse bate boca todo que aconteceu aqui, fugiu um pouco do foco da reunião. Mas o que não sabemos mesmo é quem vai avaliar se o emissário está realmente poluindo, se lá embaixo, a pluma está subindo mesmo, como foi colocado. Na verdade, o Itaquanduba sempre fedeu, mesmo antes do emissário, naquele rio que desce do Morro dos Mineiros, é um problema até hoje, aquele lá não foi o emissário que... Ali é um fedor eterno, até melhorou um pouco, mas ainda é ruim.

Então eu queria saber, realmente, quem vai avaliar? O deputado aqui colocou também que só existe a Sabesp, eu não sei se só existe a Sabesp, porque o Mauro levantou um diagnóstico legal de pontos isolados nas comunidades isoladas que eu não sei se é a Sabesp que vai fazer essas pequenas ETEs. Pode não ser a Sabesp, o mundo inteiro tem problema de saneamento e tem muita tecnologia por aí, entendeu? Eu acho que fica aberta esta discussão. Pelo meu entendimento, uma estação de tratamento, no meu ver, seria a legal, mas é a comissão técnica que vai dizer.

E queríamos saber, eu acho que um ano é muito para termos uma resposta técnica se precisa ou não da ETE, é muito tempo esperar um ano aqui para mais uma conversa. Eu acho que, que nem alguém passa um orçamento para um cliente, três meses está mais do que bom. Seis, sei lá. Então é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Sr. André Mota. Em seguida abrimos para respostas. Sr. André Mota é do Instituto Conservação Costeira, que ficou de entregar um manifesto, acredito eu, é isso? Você quer se pronunciar a respeito do...

O SR. ANDRÉ MOTA - Boa tarde, meu nome é André Mota, sou morador de Maresias, estou representando aqui o Instituto Conservação Costeira, Sociedade Amigos de Maresia a Somar, Sociedade Amigos do Canto do Moreira, a PHM e Instituto Gabriel Medina. Nós estamos tendo agora, a segunda vez, a bandeira vermelha em Maresias que começou antes do carnaval, antes mesmo de ter chuva. Já que o tema é balneabilidade acho que temos que pensar também São Sebastião, não adianta só pensar em Ilhabela porque eu acho que todos aqui temos que pensar juntos.

Acho muito produtivo esse tipo de reunião, porque escutamos as pessoas que estão a par, estão cuidando, são responsáveis por este tema. E quando escutamos a pessoa falando e prometendo, acabamos ficando mais tranquilos. Eu sei que a estação de tratamento de Maresias já está licenciada, se eu não me engano a área já está desapropriada, mas por conta do problema de água que teve, acho que no ano passado na cidade de São Paulo, a verba parece que foi destinada. Então nós estamos fazendo uma reunião de emergência também em Maresias. E a minha fala aqui justamente é para convidar todos que estão aqui na mesa para participar dessa reunião. Está bom? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nós que agradecemos a participação. E Maresias tem o nosso Medina, não é? O campeão mundial de surf. Não é isso? O Instituto Medina também faz parte. Nós vamos analisar e responderemos o mais breve possível. Eu vou passar a palavra. Eu pediria silêncio às pessoas, por favor. Eu vou chamar mais uma pessoa, o Luisinho está aí? Luisinho, por favor, que aí fica mais fácil. Luisinho é vereador aqui na Ilhabela, também é um batalhador e deve ter alguma coisa a acrescentar a essa reunião.

O SR. - Boa tarde a todos. Tripoli, presidente da comissão, Dr. Tadeu, prefeito Márcio. Pontuar. Parabenizar a intenção, prefeito, de destinar 10% em saneamento. Nós tínhamos uma discordância na gestão passada, mesmo sendo a liderança, que o orçamento para saneamento não pode caracterizar pavimentação, porque na verdade

você faz muita pavimentação e parte da verba de investimento que era para saneamento acaba sendo para pavimentação. Vim fortalecer a fala do vereador Anísio, da vereadora Salete, principalmente na questão dos fiscais. Nós fizemos um requerimento solicitando mais fiscais municipais para o prefeito, porque vai segurar o crescimento desordenado.

E Gracinha, não vi a Gracinha aqui, ela fez uma proposta de projeto importantíssimo quando foi presidente, é o Se Liga na Rede Municipal. Falou do Se Liga na Rede Estadual, mas devido a quebra financeira do estado, não foi feito esse repasse no município. Então, prefeito, eu acho que esse projeto com a Gracinha é importantíssimo. O Se Liga na Rede Municipal, nós temos orçamento para isso. Aproveitar a fala do vereador Anísio, principalmente na questão dos projetos já executados pela Sabesp. Nós acompanhamos aí esses anos, nós temos implantação de rede de esgoto no sul, implantação de rede de água no sul. Eu acho que é importante entender que nós temos projetos já em andamento, projetos aprovados. E nós temos com essa dificuldade financeira do estado. Então a possibilidade de fazer em conjunto, já de iniciar este ano alguns projetos e aproveitar o projeto pela Sabesp, Cetesb.

Infelizmente o Ricardo, o secretário do Meio Ambiente não está mais presente, mas é importante o órgão licenciador. Nós estamos aí com três ou quatro projetos no município, atrasados, devido ao não licenciamento pela Cetesb. Então a fala tem que ser firme e a atitude também tem que ser firme para licenciar. Nós estamos aí com grandes projetos, verba já destinada, orçamento empenhado, tudo autorizado, não sai p q a Cetesb não libera, não licencia, principalmente as elevatórias do sul. Foi feito ali todo o investimento do sul, então não sai.

Gostaria de fazer um pedido aqui, Ricardo infelizmente saiu, aproveitar a fala do Ricardo, do Carlos Nunes, só pavimentar onde tem rede de esgoto. Então, prefeito, eu fiz um requerimento para o estado, fiz um requerimento para a administração passada, a estrada, a pavimentação do norte. Iniciou a pavimentação e não tem plantação de rede de esgoto no norte. E outra, nós temos ali as testadas grandes, é importante, uma briga muito longa. Se possível, rever esse projeto e fazer já com a ciclovia. Nós temos uma dificuldade no sul, sabemos a dificuldade que é implantar a ciclovia no sul. E no norte nós temos orçamento... Vou terminar...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Não é só questão de concluir, é para discutir o nosso tema. Não há dúvida, todo o tema que você está colocando é importante, mas para poder...

O SR. - Fechado. Todas as reuniões da comissão são na terça-feira. Na terceira terça-feira do mês nós não temos sessão. Gostaria de marcar, então, uma reunião acompanhar essa reunião da comissão técnica da Assembleia do estado de São Paulo. Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem, Luisinho, você já é o nosso convidado. Antes de passar a palavra, eu queria ouvir o Gabriel Lima, do Observatório Nacional das Águas, não é isso? Com a palavra. Porque depois facilita, o responsável da Sabesp faz a resposta.

O SR. GABRIEL LIMA - Pessoal, boa tarde. Bom dia, também estou sem almoçar, estou nessa do Carlos também. Em primeiro lugar, eu celebro a gestão municipal de ter a coragem de fazer essa reunião que estamos fazendo hoje aqui. Eu celebro, nós enchemos a casa e aí estamos aqui os resistentes e apaixonados pelo tema, discutindo isso aqui. O Observatório Nacional das Águas do qual eu participo, é a maior rede nacional de participação da sociedade civil organizada no Brasil, no tema da água. Nós já estamos há dois anos trabalhando nas organizações do fórum mundial da água, que vai acontecer exatamente daqui um ano, 2018, em Brasília. Então Ilhabela também pode estar lá articulada, apresentando seus temas e mostrando a situação que temos aqui. E eu queria celebrar mais uma vez, então o jeito que Ilhabela foi apresentada aqui, com recursos milionários.

Ou seja, seguindo a metáfora do nosso querido promotor, Ilhabela é um município que ganhou na loteria. E seguindo essa metáfora, Ilhabela foi apresentada aqui. E agora esse cidadão percebeu que ele precisa fazer o saneamento básico na casa dele. E ele vai no mercado, afinal de contas a companhia Sabesp é uma empresa de capital aberto, 49% de ações negociadas na bolsa, 25% negociadas na bolsa de Nova York. E que esse cidadão que ganhou na loteria vai lá contratar a sua foça, e aqui em Ilhabela somos os pioneiros em uso de foças biológicas, que tratam com essa pureza de água que o Luiz Paulo está mostrando para nós, é engenheiro, conhece a tecnologia. O que eu quero dizer, essa empresa que o cidadão vai comprar, ou seja, não é que estamos pedindo. Então uma das perguntas é, qual é o poder da Sabesp de impor uma solução? Esse é uma pergunta. Porque foi dito, diversas vezes, que a Sabesp não está aqui querendo impor uma solução. Então a minha pergunta é, qual é o poder da Sabesp de impor uma

solução? É uma pergunta. Não é uma pergunta retórica. Afinal de contas, a Sabesp tem um poder de influência muito grande no estado de São Paulo, trata quase 600 municípios do estado, sendo que centenas deles sem contrato aprovado com a Sabesp.

Mas aí essa empresa que o cidadão está indo lá comprar o sistema de esgoto para tratar a casa dele, ela em 2013, 2012, 2014, teve uma atuação vexatória no estado de São Paulo. Enquanto ela dava de lucro líquido quase dois bilhões de reais, isso tirando as custas de capital, que é o dinheiro que ela emprestou e pagou com juros. Aí isso dá, de lucro líquido, quase 11 bilhões de reais, que foi pago de juros para banco. Mas dois Bi foi lá distribuído para acionista, 2011, 2012, 2013, isso está na Wikipédia para quem quiser ver, é dado público. Ou seja, quatro Bi em dois anos. Em 2014 caiu para um bi de lucro. E nós vimos a atuação vexatória que a empresa teve na cidade de São Paulo. Então é com essa empresa que agora estamos negociando um contrato.

Então eu gostaria de deixar registrado, em primeiro lugar, mais uma vez parabenizando a gestão municipal para ter a coragem de trazer esse tema a baila, afinal de contas, sabemos que é um tema espinhoso. Nós estamos discutindo um dos quatro elementos essenciais para a vida. É diferente de uma audiência pública que estamos discutindo uma construção ou um problema específico, nós estamos discutindo um contrato de 30 anos de água com uma empresa que tem essa histórico. No momento em que existem várias empresas do mundo inteiro querendo operar no Brasil e em 2018 elas estarão todas aqui e nós podemos estar lá.

Então Ilhabela tem dinheiro para fazer um contrato exemplar. Seja lá com quem nós vamos negociar. Digamos que, sim, nós precisamos fechar esse contrato com a Sabesp, não tem para onde correr. Então que a gente gaste alguns desses milhões que temos, que gastemos algum desse dinheiro para fazer um contrato exemplar, para sabermos exatamente onde queremos chegar. E que não compremos a preço de mercado mais caro do que outros lugares do Brasil estão comprando, ou seja, a 30 milhões por ano, ou seja, que nós adiantemos em quatro anos esses 130 milhões sem um contrato exemplar que garanta a melhor tecnologia do mercado. Então assim, nós temos a inteligência, temos que ter o tempo, ficar sem comer até essa hora para estar aqui, mas estamos aqui, tem muita gente competente aqui. Tem que ter a coragem para falar o que precisa ser dito. Não está no mercado? Esse governo, inclusive, não é um dos grandes representantes da livre iniciativa de mercado? Das parcerias público/privado? Vamos para o mercado.

O cidadão de Ilhabela agora vai no primeiro negociante de foça que tem, vai comprar qualquer tecnologia, vai assinar um contrato e sem um contrato muito bem feito. Então que fique registrado a necessidade de fazermos um bom contrato com a melhor tecnologia disponível hoje, e lembrando, com a empresa que estamos comprando agora. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Gabriel, o que você levantou é uma peça fundamental nesse processo tudo. Eu vou dizer por experiência com vereador na cidade de São Paulo. Eu acho que era Celso Pita prefeito e o contrato da Sabesp estava vencendo. Em São Paulo acontece, na minha cidade acontece uma loucura com a Sabesp, ela pega o esgoto aqui e joga na represa. Em São Paulo acontece isso. Aí nós procuramos o Ministério Público, procuramos tudo. E a Câmara de Vereadores questionou o contrato da Sabesp, porque tinha que renovar o contrato. Aí, o que acontece? A Sabesp coloca que toda a tubulação... Você sabe que toda a tubulação na Sabesp tem uma perda de água incrível, porque os tubos são muito antigos, são enferrujadas. A perda, o responsável da Sabesp pode colocar aí, 20%, 30%. É um absurdo, porque estão enferrujados a tubulação.

Aí a Sabesp dizia naquele momento: “vocês vão me tirar daqui, tudo bem, vão colocar outra empresa? Eu quero ressarcimento pelo que eu investi. Porque toda aquela tubulação colocada é propriedade da Sabesp que é uma empresa. Então você colocou uma situação que é bom buscarmos, eu não conheço outra empresa que queira participar dessas licitações. Eu acho importante você ficar atento a isso e procurar uma melhor empresa. Porque, na verdade, a prefeitura vai fazer uma licitação, ela não vai só assinar um contrato. Ela deve, eu acho, o prefeito pode esclarecer isso, ele deve dizer o que ele precisa, vai fazer um chamamento ou uma licitação e aí vão participar as empresas. Eu não conheço outra empresa.

Você tem em Sorocaba uma empresa em particular. Me parece que Sorocaba tem uma empresa, não tem? Uma autarquia municipal, em Sorocaba, e pega água também do Itupararanga, Ibiuna, enfim. Nós estamos discutindo, viemos aqui para colaborar, buscar todas as informações, os atores estão todos aqui presentes, então estamos questionando. E eu estou aprendendo aqui, estou descobrindo coisas que não sabia. Agora, o ponto que você colocou é muito importante. O prefeito vai ter que analisar muito esse contrato que vai fazer com a Sabesp porque nós estamos na mão da Sabesp. Eu não sei se abrir uma licitação, se outras empresas vão comparecer.

Só o caso... Olha, eu não queria misturar cidades porque aqui é Ilhabela. Mas imagine São Paulo, eu pago o esgoto, que ele faz a captação, eles tiram da minha casa e joga na Represa Billings eu não sei até agora, o Ministério Público que fez, o Poder Judiciário que fez. Porque tem ações, ações, ações, ações, e acho que a Sabesp ganha todas. Porque nós, vereadores de São Paulo, na época, não conseguimos reverter a situação. Então o ponto que o Observatório Nacional das Águas faz aqui é muito importante, eu peço que a sociedade local fique atenta, porque isso não é uma questão dos deputados estaduais, isso vai competir ao seu prefeito que tem autoridade para assinar o contrato e saber o que é melhor para Ilhabela.

Eu passo a palavra ao responsável da Sabesp.

O SR. JERSON KELMAN - Deputado, depois da sua colocação ficou bastante extensa agora as questões que precisamos responder. Mas eu precisaria fazer algumas considerações. Não, não, eu preciso responder tudo o que foi colocado porque estou como representante da Sabesp, não é razoável... Não, não é razoável que a gente... Eu estou aqui para ouvir... Só um minuto. Eu acho que é uma questão até de elegância. Porque se foi colocado, nós estamos ouvindo aqui todas as questões e acatando todas as reclamações. Mas não é razoável que seja caçada a palavra para responder. O senhor que colocou o tema. O senhor colocou o tema. Bom, então vou responder a colocação do rapaz sobre a questão da região metropolitana aqui da Baixada do Vale do Paraíba. E vou tentar responder todas as questões colocadas.

As perdas físicas são questões que abrangem todo o estado de São Paulo, Ilhabela também. Eu só queria dizer o seguinte, 30% de perda é a perda que temos fisicamente, 19% e 11% em função da imprecisão do hidrômetro. Então é um número que assusta e nós precisamos (ininteligível) esses números.

A questão de Maresias também não tem a ver com Ilhabela, eu deveria responder deputado? Maresias. Porque ele colocou que só as questões de Ilhabela. A questão de Maresias, nós tivemos a visita do prefeito de São Sebastião à Sabesp, assim como foi o prefeito de Ilhabela. Nós apresentamos a ele um plano de investimento que inclui investir cerca de 30 bilhões para o saneamento da praia de Maresias. Está dentro de um contrato de programa, tem data para execução e depende de nós firmarmos o contrato de programa com o município de São Sebastião. Então está no plano municipal, está no plano da Sabesp.

A questão da estação de tratamento de esgoto. Nós ouvimos uma colocação aqui de que a Sabesp tem que fazer estação. O presidente respondeu à questão, eu respondi à questão dizendo que a Sabesp não é contra, que a Sabesp defende uma hierarquia de investimentos, que isso deve ser acertado durante a discussão do contrato de programa. Então eu acho que vou cansar vocês aqui falando novamente sobre a mesma questão.

A questão do pagamento de lucros da Sabesp, a Sabesp é uma empresa de capital aberto, ela tem que respeitar a lei vigente do país. As pessoas podem defender que seja autarquia municipal. O estado de São Paulo tem 645 municípios, 366 estão com a Sabesp sem nenhuma obrigação, é por opção. A cidade de São Paulo fechou o contrato de programa com a Sabesp com aprovação da prefeitura e da Câmara Municipal, não era obrigado contratar com a Sabesp. Não, não é obrigado.

A Sabesp paga para o município de São Paulo, porque é o município mais rentável do Brasil, deputado Aurélio, é o mais rentável do país. Então é o que subsidia os outros municípios. O município de São José dos Campos poderia contratar qualquer empresa privada, eles optaram por contratar conosco, São Bernardo idem. Então os 300 municípios que já fizeram contrato conosco a partir de 2006, não tem obrigação. A lei de saneamento permite fazer uma autarquia municipal, permite licitar o serviço e permite contratar com a Sabesp. Dos 366 municípios três optaram por sair do sistema Sabesp, e dois voltaram. O município de Iperó saiu do sistema Sabesp e voltou agora. O município de Diadema saiu do sistema Sabesp e voltou.

O país é livre, democrático. Está dentro da Sabesp quem quer. É livre para Ilhabela optar se fica com a Sabesp, faz uma autarquia municipal ou opta por privatizar. A Sabesp quer permanecer sim em Ilhabela. Sabesp acha que é a melhor prestadora de serviço do estado de São Paulo. A Sabesp acha que ela é um orgulho da sociedade paulista, enfrentou uma crise de dois anos sem precedentes sem nenhuma calamidade. A Sabesp está recebendo visita de técnicos da Caesb, do Ceará, do Brasil inteiro para conhecer o know how de como enfrentou com galhardia com a crise de São Paulo.

Então nós estamos aqui para prestar serviço, queremos prestar o serviço, queremos permanecer e achamos que vamos construir junto com a comunidade o melhor plano de saneamento. Nós achamos que estamos aqui dispostos a ouvir crítica, mas gostaria do direito democrático de responder a todas as críticas. Gostaria que a nossa palavra não fosse caçada, porque os nossos ouvidos estiveram abertos para ouvir todas as críticas.

Então a questão de pagamento de lucros é uma obrigação legal, nós temos que cumprir a lei. Dois anos depois da crise hídrica, nós estamos investindo 2.2 bilhões de reais. 20% do orçamento. Eu desafio alguém dizer que tem uma empresa no país que investe 22% da sua receita em investimento. 22% depois da crise hídrica. Oi? A cidade de São Paulo, os investimentos, deputado Aurélio, não são tão autos porque ela tem 100% de água e 95% de coleta. Os grandes investimentos são no projeto Tietê que atende São Paulo e toda a região metropolitana. A estão de Barueri vai passar agora, nesta semana, para tratar 16 mil litros de água por segundo. Que se estivesse na França trataria Paris com folga. Não trata São Paulo porque tem 22 milhões de habitantes, então a missão é grande.

Mas a questão de pagamento de dividendos, eu entendo a sua visão, o saneamento pode ser gerido por autarquia, pode ser gerido pela iniciativa privada, mas ninguém investe mais em relação à receita do que essa empresa pública chamada Sabesp.

A outra questão é a da contratualização com o município. Prefeito, nós estamos dispostos a contratar com Ilhabela, queremos ficar aqui, queremos a participação da câmara, mas sabemos que o voo é livre do município. E nós queremos construir a melhor solução aqui. Acatamos todas as propostas aqui, mas gostaríamos que com os nossos 42 anos de experiência, pudéssemos hierarquizar aquilo que é melhor ou que achamos que é o pior. Mas nós temos que respeitar a autonomia municipal.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem, esse tema, depois de São Paulo, eu digo o seguinte, eu convido o senhor a participar da Comissão de Meio Ambiente em São Paulo, nós vamos discutir a cidade de São Paulo com os vereadores de São Paulo, da mesma forma que estamos aqui, nós vamos discutir em São Paulo. Eu agradeço a sua participação.

Nós vamos ouvir o Edson Lobato, Instituto Bonete, que está aqui presente. Em seguida, Maria Luiz Fanzini, se não me falha a memória. Depois o Jorge Guaraci e o Flávio Carlos Kuzolitz. Com a palavra então, Edson Lobato, Instituto Bonete, por favor.

O SR. EDSON LOBATO - Boa tarde a todos. Todos nós sabemos que tudo o que é feito de forma preventiva é mais eficaz e mais barato e nesse sentido, nós já estamos conversando com a nova gestão municipal. E tanto pelo Instituto Bonete como a Associação Bonete sempre, nós agora estamos protocolando juntos à Secretaria de Meio Ambiente Municipal uma proposta de um diagnóstico participativo que envolve

toda a comunidade nesse processo para que eles se apropriem dessa discussão sobre saneamento básico, sobretudo a parte de esgoto. Porque eu diria que as comunidades tradicionais, as praias isoladas como Bonete e Castelhanos, entre outras, vamos dizer que a parte hoje nobre da Ilhabela, porque ainda tem balneabilidade, ainda mantém a cultura tradicional caiçara entre outras virtudes que percebemos que em toda a costa de São Paulo, ou nesse eixo sudeste já se perdeu.

Então o que entendemos que a população, a comunidade participando... Por isso estamos protocolando esse projeto, esse diagnóstico participativo, para que haja essa apropriação e essa participação efetiva. Seja qual for o sistema de tratamento de esgoto, porque realmente a Sabesp está deixando a desejar não só em São Paulo como aqui na região, e nós temos que ter alternativas. Se for a Sabesp, ótimo, seja qual a for a empresa. O que pretendemos é que, primeiro, a comunidade participe da discussão do processo de decisão e mais que isso, possa, por meio desta proposta, desse diagnóstico que, aliás, ele já foi aplicado na bacia do médio Tietê, e quem coordena isso é o professor Jacob da USP, do Instituto de Engenharia e Energia da USP, então são experiências, metodologias exitosas que trabalham nesse sentido do fortalecimento do controle social nas questões de saneamento.

E para finalizar, dizer que uma região que está em transformação como o litoral norte, a preocupação com essas áreas que ainda estão mantidas, novamente, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista cultural, é mais do que uma obrigação. E eu lamento muito ver a postura do secretário estadual do Meio Ambiente, do jeito que ele se posicionou aqui, porque ele não respondeu aquilo que foi colocado para ele, ele gastou o tempo dele para atacar o Ministério Público, não deu nenhuma resposta sobre as demandas que foram apresentadas ou apontadas pelo Ministério Público, porque já não é de hoje que está havendo um desmonte do sistema ambiental paulista. E nós acompanhamos isso de perto, total desmonte. Os parques, as unidades de conservação estão desprovidas, não tem mais fiscal. Pena que ele não está aqui, eu acho que ele teve que sair, óbvio, fala o que quer, mas não ouve o que não quer. Então é lamentável a postura desse cidadão que está sendo investigado inclusive, pelo Ministério Público, por isso ele está todo revoltado desse jeito.

E independente de qualquer coisa, o que queremos é ter parceria com governos municipais, estaduais, Ministério Público. E parabéns por essa iniciativa, deputado. Sou muito amigo do seu irmão, do Ricardo Tripoli e do Checheu e também parabéns prefeitura e toda a sociedade civil que está aqui presente, porque nós não vamos nos

calar. Não adianta ele gritar aqui no microfone com o Ministério Público porque nós sabemos, nós aqui somos informados. Nós lemos, participamos. E não adianta fazer discurso político barato porque não vamos acatar. O que nós queremos, novamente, é apresentar proposta e poder defender as unidades de conservação que estão desprovidas e tudo aquilo que entendemos que é direito da sociedade civil e dever do Poder Público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nós que agradecemos a participação em uma área tão bonita que é o Bonete. Muito bem. Passamos a ouvir o Sr. Francisco Carlos Kuzolitz, me parece. Se quiser, é o dia da mulher, então vamos ouvir primeiro a Maria Luísa Fanzani.

A SRA. MARIA INÊS FAZINI - Maria Inês Fazini.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Aqui está... Inês, é um L. Associação Moradora da Vila, com a palavra.

A SRA. MARIA INÊS FAZINI - Isso, AMAV Associação Moradores da Vila. Bom, é um grande prazer estar aqui de novo. Eu vou me apresentar, sou Maria Inês Fazini, eu já fui secretária de Meio Ambiente aqui em Ilhabela, eu fui secretária de Meio Ambiente em Caraguatatuba, mas antes disso, eu fui militante lá na sociedade Amigos de Bairro da Vila, do Saco da Capela. E durante muito tempo fizemos audiências, debates com a Sabesp pedindo tratamento, já na década de 80. Eu tive a oportunidade de coordenar o plano diretor de Ilhabela, que é esse que está em vigor, e dizer para vocês que nós temos problemas sérios hoje já. E eu vim com a expectativa de que aqui, hoje, agora, já saíssemos com o passo a passo de um compromisso de resolver problemas que a gente vem discutindo, viu Caio, desde 1990. O Chico é testemunha disso.

Que problemas sérios nós temos? Nós temos o comprometimento da balneabilidade que afeta demais toda a nossa cidade e principalmente o turismo que é a base da nossa economia. Nós temos já, desde 2007 o descumprimento da legislação municipal que diz que todo efluente a ser jogado nas águas doces e salgadas de Ilhabela deve ter tratamento secundário. Isso foi levantado lá de 2001 a 2006, quando a lei foi aprovada. Por que foi levantado isso? Por que está na lei? Porque técnicos que nos

ajudaram a fazer o estudo que embasou o plano diretor, apontaram que era necessário isso para que conseguíssemos, de fato, da qualidade, excelência, ao atendimento ao turista em Ilhabela, nas nossas praias.

Então nós já temos condições dadas. Nós temos descumprimento da legislação, nós temos o comprometimento da balneabilidade. E temos soluções já. Naquela época discutimos a questão de recursos financeiros. Hoje temos tecnologia, não é Zé Paulo, e nós temos royalties. E para esses royalties nós temos previsão orçamentária já. Talvez seja necessário fazer uma simples suplementação. Mas nós também temos um modelo que deu certo lá na Praia do Pinto onde prefeitura, Sabesp e sociedade civil implantaram uma estação, com tratamento terciário. Então está tudo dado, gente, é começar amanhã a usar as comissões que nós já temos, os conselhos que nós já temos, porque daí nós temos, Márcio Tenório, o conselho do plano diretor, que é formado por gente muito dedicado. Talvez cada um na sua especialidade, cada um no seu setor, mas muito preocupado com Ilhabela que precisa ser ouvido. Então o conselho está lá, ele existe. E todos têm que participar, as reuniões são abertas.

Aquele é o fórum onde podemos discutir contrato com Sabesp que está atrasado. Não está atrasada a assinatura do contrato prefeitura Sabesp? Temos um plano de saneamento, nós temos que correr atrás disso. Eu digo que está atrasado, Zé Paulo, porque eu fui secretária de Meio Ambiente, nós estávamos assinando em Caraguá, e aqui em Ilhabela não assinamos ainda. Então vamos fazer isso. Qual é a minha proposta? Que para amanhã já temos uma agenda. Por quê? Porque as condições estão dadas. Nós não precisamos, representante da Sabesp, buscar alternativas, nem experiências novas, vamos aproveitar o que está aí já e fazer com o que está aí. Recurso nós temos. Lei que obriga, lei que exige, lei que permite nós temos também. Experiências exitosas, nós temos também. Comissão, Anísio, não precisamos criar comissão não, nós temos o conselho do plano diretor que quer vocês todos lá. Nós temos o Conselho do Meio Ambiente, que segundo o Mauro já, já está montado, é o fórum para discutir essas coisas.

Então eu estava falando para o Caio, a sensação que eu saio da audiência, se não marcamos uma agenda, é a mesma que eu tenho saído de todas as audiências que eu tenho participado nos últimos 30 anos, e isso é lamentável. Então eu não sei se esse é o anseio de todos, mas as condições estão dadas, vamos fazer isso amanhã, será um grande avanço, nós conseguiremos transformar Ilhabela em uma cidade modelo, com um custo muito baixo.

Lembrando também, Dr. Tadeu, não tinha visto o senhor aí, que nós temos um TAC que o Ministério Público quer que a prefeitura assine urgentemente. Esse TAC é o instrumento legal que vai permitir que a gente consiga por prazos nessa agenda. Vamos fazer isso junto, é possível, as condições estão dadas. Eu fui candidata a prefeita e eu disse que no dia seguinte eu ia juntar a Sabesp, o Ministério Público, prefeitura e sociedade civil, e lá na reunião do Conselho do Plano Diretor, que é para a sociedade civil ver, nós assinaríamos contratos, colocaríamos prazo no TAC, eu assinaria o TAC, para que resolvêssemos de fato. E é isso que nós precisamos. E não precisa esperar até agosto ou até o fim do ano. Não é mesmo, Anselmo? Dá para fazer já. Essa é minha fala.

Além de tudo, um convite a todos, participar dos conselhos existentes. Deixa agora eu fazer um pedido pela Amav, nós temos lá uma estação elevatória de esgoto no Saco da Capela e meio campo de avião que tem problemas sérios e ela precisa ser revista, a tecnologia. Hoje nós temos tudo gente, dinheiro, tecnologia, conselho municipal, Sabesp disposta, o prefeito com boa vontade. Vamos fazer amanhã. E o Ministério Público que gasta muito dinheiro com o Ministério Público, o do litoral é bem empregado, porque a gente conta muito com o Gaeme e conta muito com o Dr. Tadeu. Essa é a minha colocação, uma agenda amanhã.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Aí prefeito, já tem uma agenda amanhã. Francisco Carlos... Perdão, o Jorge Guaraçi que é presidente do PV de Ilhabela, está presente? Está presente. Depois o seu Francisco Kuzolitz. Sr. Francisco está presente? Está presente.

O SR. JORGE GUARAÇI - Sr. Presidente, deputado Roberto Tripoli, demais deputados, Chico Sardelli, parlamentares do partido, meu partido. Embora presidente do PV, não estou aqui nesta condição. Eu queria colocar um outro aspecto dessa audiência, que é aquela segunda linha, a situação dos recursos hídricos. Eu venho falar aqui como membro, embora não esteja autorizado oficialmente falar pelo comitê de bacias hidrográficas do litoral norte, mas como membro representante da sociedade civil no comitê e ex vice-presidente neste comitê, o qual eu milito há mais de dez anos.

Eu acredito que essa discussão fica difícil de avançar, se não nos apropriarmos de toda a discussão, dos relatórios de situação dos recursos hídricos do litoral norte e dos planos de bacia. Porque saneamento básico não é só o esgoto, embora ele seja a ponta

mais aguda e mais grave do problema que se aponta. Mas a questão da água, tende, no cenário que já foi colocado aqui com a questão dos grandes empreendimentos que estão sendo realizados, tende a agravar uma hemorragia que já sangra hoje. Quer dizer, a região já cresce na base de 3% a 4% ao ano que é mais do que o dobro do que a média das cidades do estado de São Paulo. Então nós temos, embora o continente ainda tenha algum recurso de intercambiar a água de Caraguá entre as três cidades, nós somos uma cidade insular. Eu acho que vai ser muito difícil nós importarmos água do continente para abastecer a nossa cidade.

E por que estou dizendo isso? O que se percebe, essa pressão, preocupação irregular, quem ocupa irregularmente vai buscar a ocupar, se fixar na beira de um curso d'água. Porque ali ele tem a captação, ele consegue abastecer e ali ele consegue dispensar o resido de esgoto dele e às vezes até outras coisas de poluição que a gente chama de difusa.

Os rios, inevitavelmente correm para o mar, não tem jeito. Então vai poluir. Agora, nós temos uma limitação de oferta de recursos hídricos, nós temos um cálculo grosseiro que o recurso disponível hoje atenderia em torno de 40 mil habitantes fixos aqui na cidade. Bom, nos picos, nós temos o triplo e a tendência é piorar. E o que acontece? Nós temos uma oferta limitada. Essa oferta de recurso hídrico, a cada vez que esses recursos hídricos vão sendo degradados, poluídos, diminui. E na outra ponta, a demanda cresce. Cada um que vem morar na Ilhabela quer consumir água. Vai despejar esgoto, mas antes do esgoto, o esgoto sai da água, não tem jeito.

Então, uma preocupação que eu venho apresentar é com relação a não nos fixarmos somente na questão do esgoto. Existe hoje um esforço muito grande do Comitê de Bacias no sentido de que nós o transformemos numa agência de bacias, para que nós possamos efetivamente cobrar o uso da água e controlar as outorgas, porque hoje o DAEE, com um funcionário, não tem como controlar outorgas. Não tenho de cabeça, porque minha idade já não permite guardar dados mentais, porém nós temos levantamentos do volume de captações irregulares que se fazem nessas cachoeiras. É só fazer uma inspeção grosseira. Talvez na Sabesp ali, o José Paulo, que é o gerente aqui, também tenha essa visão, porque também é membro do Comitê. Então, nós temos uma imensidão de captação de águas sem outorga e aqueles que pegam com outorga e também não pagam nada pela água - então, é tudo de graça. Nós temos um recurso limitado.

Sem água, nós não vivemos; 70% do meu corpo é água e, do corpo de vocês também. Se acabar a água, acabou. Então, essa é a questão que coloco. Nós estamos numa situação singular, porque somos insulares, não tem como importar água. E gostaria de, para finalizar, Sr. Deputado, dizer que infelizmente a atitude de um secretário de governo em agredir um promotor de Justiça, da forma como agrediu, agrediu a toda a sociedade de Ilhabela, com certeza. Eu gostaria de desagravar a pessoa do nosso promotor de Justiça, que talvez seja uma exceção. Eu não quero discutir Ministério Público, mas a atuação do promotor Tadeu tem sido fundamental na defesa do patrimônio ambiental da nossa cidade.

E mais, só para concluir: eu sei que economicamente Ilhabela é deficitária, só que grande parte da demanda não somos nós que geramos. Essa conversa de que quem paga lá está pagando aqui... Mas quem paga lá, vem gastar aqui. Aqui eles vêm, deixam esgoto, bebem água. Então, a Ilhabela em si não consome o volume que a Sabesp tem que pôr. Ela demanda aquilo que a população tem, o resto é desses que têm que pagar a conta lá na outra ponta. Não tem jeito, essa é a situação, porque é sazonal. Então, nós vamos ter que instalar uma capacidade para o pico, mas nós não usamos; é um problema outro, que não é da população, e nós não podemos pagar por isso.

Muito obrigado. Agradeço e parabenizo o deputado pela iniciativa.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Nós que agradecemos ao Jorge Guaraci, que é presidente do meu partido aqui na Ilhabela. Muito bem-vindo.
Sr. Francisco... É que a moça o chamou de Chico, eu acho, por isso eu não... Chico Sá. Francisco Carlos Cuzzolim, eu acho. Com a palavra, senhor. É um cidadão da Ilhabela.

O SR. FRANCISCO CARLOS - Uma boa tarde a todos. Sou Chico, sim; todos me conhecem como Chico.

Gostaria, em primeiro lugar, de corroborar aquilo que o nosso amigo falou agora em relação à atitude do secretário. Eu acho que foi uma coisa esdrúxula, quero deixar muito claro isso. Eu conheço o nosso amigo há muito tempo, participo de várias reuniões e audiências públicas das quais o Dr. Tadeu participou. Tenho visto a postura dele. Não sou político, não gosto de política, sou técnico. Acho que a postura dele até hoje em todos os assuntos - e alguns podem corroborar o que estou falando - tem sido de uma... Ilibado, essa é a palavra correta. Então, entre ele e o promotor, eu estou com o

promotor; acho que não é da forma como o secretário se portou que se resolve alguma situação.

Eu gostaria de conversar com muito tempo - e eu teria muitas perguntas a serem feitas - só que não temos tempo e não vou me delongar, respeitando aqui o Roberto Tripoli, que falou antecipadamente. Eu faria uma pergunta ao Márcio, exclusivamente a ele. Acredito que o Márcio seria talvez a pessoa mais indicada para responder a minha dúvida e a dúvida de muitas pessoas que aqui estão. As perguntas que eu fiz na gestão passada - fui em quase todas as audiências públicas - ninguém nunca me respondeu. Eu tenho, da minha vida profissional, algum conhecimento em relação à Petrobrás. Eu trabalho com a Petrobrás há 40 anos, sou um pequeno fornecedor das empresas que fornecem à Petrobrás e dependo dela via esses suppliers.

Bom, Márcio, quem é que garante - por favor, esclareça; vamos dirimir essa dúvida que até hoje ninguém dirimiu. E tenho absoluta certeza de que ninguém sabe, nem a própria Petrobrás, nem o próprio governo de Brasília, Rio de Janeiro - que esse dinheiro virá no futuro para pagar a Sabesp, para investir nesse cronograma de quatro anos? Márcio, que certeza - diga a nós todos - de que nós receberemos esse dinheiro desta empresa chamada Petrobrás? Temos direito ou será que não corremos o risco de amanhã ser dada uma canetada por interesses políticos em Brasília? Eu acho que ninguém tem dúvida de que isso poderia acontecer, está certo? Minha opinião particular.

Conhecedor que sou já há muitos anos de Petrobrás, eu já a vi lá em cima e lá em baixo. Eu já estive na Petrobrás na época do ministro da desburocratização Hélio Beltrão. Eu tive uma reunião com ele lá no último andar da Petrobrás, mais ou menos 35 anos atrás, e ele me disse: "Isso aqui é uma árvore de Natal tão grande que eu estando aqui em cima, se descer um andar, não sei o que está acontecendo". Agora, nós sabemos o que está acontecendo. É só ver a televisão, ver as news e a mídia, ver o que estão falando.

Eu não quero me delongar, Márcio. Me coloco à disposição, independente desse assunto, de fazer parte desse Comitê. Minha formação é em Engenharia Química, entendo um pouco de água, entendo um pouco disso, trabalho com isso, com ácido crômico, cianureto, oxidação, redução de cromato. Conheço bem isso aí, é minha expertise. Então, me coloco à disposição para ajudar, inclusive, no que disse agora nosso amigo em relação à água.

Ilhabela só tem uma saída: é a dessalinização. Não existe outra. Desalinators, não tem outro jeito. Vai faltar água. Nós temos, da Cachoeira da Laje até lá em cima, na

última praia, o equivalente, se somarmos toda a água disponível, para 40, 50 mil pessoas. Se não chover, 30 mil. Então, não tem outra saída, Márcio: é dessalinização. E nas comunidades isoladas, não lá na Praia da Fome, da onde você vem... Porque ali é ilha... Mas na Ilha dos Búzios, aonde vou muito, Ilha da Vitória... Esse pessoal não tem nada, gente. Não tem água e esgoto, então, nem pensar. Agora, isso que a Maria Inês falou... Gente, nós todos vamos ao banheiro todo dia. Nós não vamos esperar um ano ou meio ano para ir ao banheiro, concordam comigo? Tem gente que vai várias vezes. Então, vamos colocar e vamos dar uma celeridade nesse processo para que isso possa se resolver. E digo mais a vocês: a primeira audiência pública nesses 40 anos em que estou na Ilhabela, agora como morador já há três anos, que eu vejo alguma coisa que tem para sair. E ao mesmo tempo eu digo a vocês o seguinte: esse problema que estamos discutindo é muito fácil, facílimo. Por quê? Porque tem dinheiro.

Então, eu vou fazer uma pergunta para o nosso representante da Sabesp: o senhor aceitaria, a sua empresa aceitaria, que a prefeitura, de acordo com a sua possibilidade, fizesse um investimento rápido e lhe pagasse com juros o dinheiro que vai colocar agora no sistema? O seu corpo de acionistas e diretores aceitaria isso? Porque nós temos pressa. E digo mais: não precisa ser inteligente. Eu ando no mar todo dia. Nós todos, muita gente aqui eu vejo no mar todo dia. Nadando, de caiaque, de stand-up, não importa o que seja, mergulhando. É muito fácil: fezes são menos densas que a água. De manhã, elas boiam todas e nós vemos. Quem acorda cedo vê mais do que quem acorda mais tarde, certo?

Bom, Márcio, sem delongas, eu só queria saber qual é a garantia que nós, munícipes e você, alcaide do nosso município, temos de que esse dinheiro virá. Por favor.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Eu agradeço o Sr. Francisco Carlos.

Primeiro, eu vou passar à Sabesp, que tem que responder uma série de questionamentos que foram feitos. Em seguida, eu passo ao prefeito e encerro a nossa reunião. Muito obrigado pela participação.

A Sabesp, então, com a palavra.

O SR. - Foi colocado aqui por várias vezes a possibilidade de participação de investimentos por parte dos royalties do Plano de Saneamento, o que evitaria que

qualquer solução que não estivesse no nosso Plano de Saneamento tivesse repasse tarifário. Quer dizer, esse é o modelo que nós temos que estudar.

Pelo que entendi da sua proposta, seria nós fazermos um investimento e sermos remunerados por isso. Sim, Sabesp, como eu disse, não é contra que se faça essa solução, desde que nós tenhamos equilíbrio econômico-financeiro no contrato. O que nós entendemos - eu vou repetir o que disse várias vezes - é que existe uma hierarquia do que causa mais benefício com o mesmo dinheiro. Nós entendemos que há várias ações que trazem muito mais resultado.

Foi colocado, por exemplo, aqui, e eu esqueci de responder para uma senhora, que o esgoto às vezes extravasa e corre na rua. E o meu presidente até colocou: "Olha, precisamos tomar cuidado para não fazermos diagnósticos errados, porque se não, depois, o médico dá o remédio errado". Então, se vaza esgoto na rua, a conclusão é óbvia: a culpa é da Sabesp, é do José Paulo, do Bosco e tal. Mas, na verdade, a questão do uso do sistema de esgoto é mais ou menos como o uso da lixeira. Se você pegar uma cidade muito bem estruturada em lixeiras... Um dia eu fui ao gabinete do prefeito de Santos, que era o prefeito Papa. Ele mostrou o investimento que fez em colocação de lixeiras na esquina e no meio do quarteirão em campanhas e tal. Mas a rua tinha muito lixo, ali na praça, em frente à prefeitura. Então, às vezes a infraestrutura não é bem utilizada.

Eu convidaria... Eu pediria, José Paulo, que você levasse as pessoas. Você conhece todo mundo que fez colocações de que o esgoto extravasa e é mal operado pela companhia. Mas eu gostaria que você levasse à EPC e visse o que vai no esgoto, porque existe muito, também... Como não se usa devidamente a lixeira, não se usa devidamente o vaso sanitário, que é para urina e fezes. Às vezes, ali é colocado como uma lixeira dentro do imóvel. Então, tudo o que você usa indevidamente... O sujeito pode comprar um carro BMW, Mercedes, mas se ele usar para transporte de mercadoria acima da sua capacidade, vai estar batendo lata daqui a uns dias. Então, o serviço de esgoto é para transportar água servida, mas quando você vai à estação, vai ver que não é água servida que vai lá. Precisamos ver como está sendo usado.

Lógico, temos que fazer educação ambiental, explicar tudo isso, mas muitas vezes o esgoto vaza na frente da sua casa não por culpa da concessionária, mas por mau uso. E essa questão eu espero que tenha esclarecido, que o senhor colocou, sobre a Sabesp que, sendo remunerada e tendo econômico-financeiro, evidentemente não se nega.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Agradeço, então, a participação da Sabesp nesse momento, e à assessoria que também colaborou. Eu passo a palavra para o encerramento do Sr. prefeito, respondendo às perguntas que foram feitas pelo Francisco. O que eu falei agora? Eu estou passando... Chico, atención. Eu falei: "Vamos ouvir o Sr. prefeito, que vai responder as perguntas do Francisco, e suas últimas palavras; depois eu encerro nosso trabalho". Não há dúvida, com respeito a todos aqui presentes.

O SR. - Bom, primeiramente, quero parabenizar a sociedade civil organizada, a população, que se faz presente desde as dez da manhã aqui. Parabenizo o deputado e toda a bancada paulista por este evento. Eu fico muito feliz, alegre.

Aqui é o seguinte, vem a história: se ficar, o bicho come; se correr, o bicho pega. Não tem jeito. Nós vamos avançar.

A população de Ilhabela está de parabéns, porque está exercendo seu direito de cidadão e sua participação, exercendo o controle social. Quero dizer que nós... Administrar é uma prioridade de governo. O saneamento básico, será, Sr. Deputado, prioridade no nosso governo. A nossa missão é gerir bem, Dr. Tadeu, esses recursos, que são muitos e que, infelizmente, não foram destinados corretamente.

Eu disse que no passado era menos cimento e mais amor. Nós vamos transformar esses recursos em oportunidades de melhorar a estrutura do município. Já no nosso orçamento estamos destinando mais de 27 milhões de reais. Temos uma minuta de um projeto de lei que será encaminhado para a Câmara e eu tenho certeza de que dentro desse diálogo da parceria que o Poder Executivo tem com a Câmara nós vamos avançar. Logo que assumi o governo... Está aí o José Paulo, da Sabesp... Pedi a ele a demonstração de tudo que vem sendo feito, mas para que nós avancemos, Sr. Deputado, é primordial - estou vendo aqui a Dra. Laura, da Cetesb - que a Cetesb tenha um olhar especial para Ilhabela, porque nós temos inúmeras licenças que até agora dependem da Cetesb.

No nosso orçamento futuro... E eu converso muito com o Instituto Ilhabela Sustentável... Na apresentação do décimo ano de existência, eu fiz questão de fazer uma fala na abertura parabenizando o Instituto pelo trabalho que vem prestando à comunidade de Ilhabela. Um instituto que tem todos os indicadores e colabora de forma significativa para o governo.

A Maria Inês foi muito feliz na fala dela. Passou o calor da eleição, nós precisamos pensar em Ilhabela, promotor. Mas pensando em Ilhabela, nós temos que valorizar e darmos respaldo aos conselhos. Os conselhos não podem estar lá simplesmente como uma figura decorativa. O conselho tem que ser o seu papel e eu sou contra a questão deliberativa, aliás, consultiva. O conselho tem que ser deliberativo. O Conselho Municipal de Meio Ambiente não existe hoje. Então, nós vamos sair daqui, sim, com uma agenda para no decorrer da semana o Mauro e toda a equipa se reunirem com os conselhos para que possamos dar sequência ao trabalho.

Com relação ao TAC, Maria Inês, tem TAC que foi feito no governo passado, que o Ministério Público propôs, mas a municipalidade não cumpriu. Eu, como filho da terra, não preciso de TAC, eu preciso da colaboração de vocês para que possamos avançar. E nós já vamos destinar a partir do próximo PPA os 10% dos royalties na aplicação do saneamento básico, para que possamos ter todos os dados ali cumpridos.

Digo para vocês que nós temos, então, o convênio com a Sabesp sendo analisado pelo departamento jurídico; vamos encaminhar para a Câmara e com a Câmara, que representa a sociedade, a população, eu tenho certeza que nós vamos avançar. Agora, a Sabesp precisa também melhorar esse aporte financeiro, porque em quatro anos estou destinando mais de 27 milhões de reais e isso foi motivo de muito esforço da comunidade em anos passados para que possamos ter esse orçamento; agora, a Sabesp precisa melhorar sua contrapartida: 128 milhões em 30 anos é muito pouco. Nós vamos conversar sobre isso.

Com relação à pergunta do Chico, e aí vou responder aqui ao promotor com todo o respeito que tenho ao Ministério Público, que representa o cidadão do bem, essa loteria dos royalties também foi um trabalho feito lá atrás. E aí, eu falo com muito orgulho do prefeito Roberto Fazzini, PMDB, lá nos anos 1993, que fez um estudo e graças ao desempenho dos demais prefeitos junto ao Senado e à Câmara dos Deputados, fizeram com que Ilhabela tivesse sido agraciada com esse orçamento. Me preocupa muito, Chico, essa questão dos royalties porque eles têm que ser inseridos em investimento, melhorar a estrutura, mas foram criados muitos serviços. Nós temos que torcer pela desgraça do estado do Rio de Janeiro, porque se o Senado e a Câmara dos Deputados derrubarem aquela medida, Ilhabela tem que fechar posto de saúde e creche. Essa é a nossa preocupação. Mas a minha vice-prefeita que está aqui foi muito feliz quando esteve à frente do Legislativo enquanto presidente. Lá atrás, pensando nessa dificuldade, ela já fez, através de uma propositura, Sr. Deputado, criando um fundo de

reserva para esses recursos, mas o governo passado não viu. A sorte de Ilhabela hoje é que tem um prefeito jovem e que ouve a sociedade. Então, eu vou continuar ouvindo a sociedade.

Não vou me alongar muito, porque o senhor tem outras questões, mas digo que estamos aqui prontos para caminharmos juntos: Poder Público Municipal, Executivo, Legislativo, Ministério Público e a sociedade civil organizada. Agora eu acredito que a coisa caminhe para o bem comum de todos nós, para que Ilhabela possa ter nos primeiros quatro anos o seu esgotamento sanitário e a questão da água tratada resolvida.

Gostei muito também da fala da Salete. Ela está aí ainda? Salete, eu gostei muito da sua fala. Eu tenho certeza de que sua fala não é fantasiosa. Nós precisamos, realmente, do apoio da sociedade civil, principalmente da Câmara, com relação ao crescimento desordenado. Eu tenho, promotor Dr. Tadeu, mais de 600 processos no departamento jurídico, de habitação, por questões demolitórias, construções irregulares, construções que foram feitas ao longo desses anos, e principalmente na campanha política foi fomentado o crescimento desordenado. Você atravessa a balsa à noite e os estudantes percebem isso: são luzinhas subindo morro acima. Vocês terão um prefeito aqui que vai trabalhar a questão do crescimento desordenado. Nós estamos preparando um projeto de lei para encaminhar para a Câmara, e aí quero contar com o apoio do Ministério Público para que possamos congelar essas áreas. Nós vamos derrubar, sim, residências que não estão de acordo com a legislação.

No passado, por mais de 80 milhões de reais que houve de desapropriação de terras, de fazenda, de compra de estátua, de mirante, de aquabus, e não foi construída sequer uma unidade habitacional. No nosso plano de governo, promotor, nós temos mais de 400 unidades sendo trabalhadas e espero que minha equipe possa me ajudar nessa empreitada, porque sozinho ninguém faz... Uma andorinha só não faz verão.

Muito obrigado a todos mais uma vez. Parabéns e obrigado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Na audiência pública, ouvimos mais a população. O que aconteceu aqui? Nós tivemos aqui perto de 15 ou 16 deputados estaduais. Só dois se pronunciaram, isso é raro acontecer. Foi uma conversa que tivemos aqui.

Então, para falar em nome dos deputados no encerramento, eu passo a palavra ao líder do bloco na Assembleia Legislativa, Sr. Deputado Chico Sardelli.

O SR. CHICO SARDELLI - PV - Rapidinho.

Bom dia a todos. Em nome da vereadora Salete e da vice-prefeita, saúdo todas as mulheres e o presidente do Partido Verde aqui. Mas Tripoli, eu gostaria de parabenizá-lo em nome do deputado André do Prado, do nosso querido deputado Gileno, do Celso Nascimento e de todos aqueles que por aqui passaram. Você deu o exemplo de preocupação não com as próximas eleições, mas com as próximas gerações. E esse é o motivo da nossa vinda aqui.

Eu passei por aqui por Ilhabela, prefeito, quando era criança, devia ter quatro ou cinco anos. Nunca mais vim e estou a 400, 500 quilômetros daqui; mas sensibilizado efetivamente por aquilo que os verdes defendem, pelos deputados que aqui estiveram. Viemos aqui apoiar a causa.

E logicamente, vocês já ouviram falar tanto, o promotor Dr. Tadeu disse aí na sua fala, colocou firmemente, como colocou o secretário, como colocou a Sabesp e como bem intermediou o deputado Tripoli, foi muito importante. Momentos como esse, para poder decidir destino de uma cidade, são poucos e raros. E a minha colaboração para a Comissão, Sr. Presidente Tripoli, é que esse debate se estendesse dentro da Assembleia Legislativa para que aquilo que foi marcado aqui hoje pudesse ser relembrado e cobrado no momento exato.

No mais, saúdo o vereador Aurélio Miguel também pela presença, parabéns. Um abraço a todos e mais uma vez, Tripoli, parabéns por esse ato de cidadania em favor da natureza, que precisa muito de nós. Parabéns.

O SR. - Senhoras e senhores, eu queria abrir a minha fala agradecendo. Quer dizer, primeiro quero dizer a vocês... Muita gente aqui falou de eleição. Eu não pretendo me candidatar, então, deixo claro aqui que não vim atrás de voto. Eu não pretendo me candidatar a deputado estadual. E a todos os deputados que estiveram aqui eu disse: "Deputados, nós não vamos atrás de política, de voto. Nós vamos atrás para colaborar com a cidade e ver o melhor resultado possível.

Então, eu torço e rezo para que todos que estiveram aqui consigam se unir a um prefeito jovem como esse, a um Ministério Público jovem como esse, e que consigamos mudar a situação dessa ilha. A presidente da Câmara (ininteligível) presente, Luís, Aurélio Miguel que me trouxe aqui também, enfim.

Eu quero agradecer em nome da Assembleia Legislativa a atenção de todos vocês. Nós procuramos, Sr. prefeito, fazer o melhor possível. Nós não somos os donos

da verdade. Eu, por exemplo, conheço bem Ilhabela mas passei a conhecer de fato o que é Ilhabela, aprendi muito com vocês aqui o que é Ilhabela, tenho que aprender muito mais. O prefeito aqui me passa... Acabei de receber uma lembrança aqui, acho que todos receberam pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a qual levo ao meu gabinete com muito carinho. Muito obrigado, Sr. prefeito.

Queria lembrar também que após o encerramento há um café subindo a escada para quem ainda ficou a essa hora e não foi almoçar. E quero dizer o seguinte: o NAE agora... Nós estamos gravando toda essa audiência, vamos passar a taquigrafia, vamos fazer um resumo disso na Assembleia e vamos apresentar. Na verdade, nós convidamos todos os atores responsáveis por essa questão para que todos os senhores pudessem conhecer o que está acontecendo de fato na Ilhabela. Eu acho que todos aqui que não sabiam ficaram sabendo e a partir de agora é contar com a ajuda do Sr. prefeito, que é jovem, do Ministério Público, que também tem muita vontade de resolver. Peço desculpa pela forma italiana de conduzir os trabalhos, mas eu nunca fui de palco, sempre fui de bastidor, por isso acho que tive a votação que tive. Fui o vereador mais votado do Brasil, com 137 mil votos, e sou o deputado mais votado em São Paulo, com 240 mil votos.

Espero colaborar como sociedade civil depois desse mandato. Eu tenho um terreno aqui, vou construir. Pretendo, no final dos meus dias, com a minha esposa, que é psicóloga, vir morar na Ilhabela. Isso em breve.

Então, muito obrigado a todos, que tenham um bom dia e que Deus ajude todos nós por esse evento.

* * *